MAPEAMENTO DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA DOS MPCs

Rede
MPContas

Rede de Informações
Estratégicas para os
Ministérios Públicos de Contas

ÓRGÃO COLEGIADO – BIÊNIO 2025-2026

Cristina Machado da Costa e Silva (PGC - MPTCU)
Presidente

Camila Luz de Oliveira (PGC - MPC-BA)
Vice-Presidente da Região Nordeste

Cibelly Farias (PGC - MPC-SC)
Vice-Presidente da Região Sul

Henrique Pandim Barbosa Machado (MPCM-GO)
Vice-Presidente da Região Centro-Oeste

Marcílio Barenco Corrêa de Mello (PGC - MPC-MG)
Vice-Presidente da Região Sudeste

Stephenson Oliveira Victor (PGC - MPC-PA)
Vice-Presidente da Região Norte

COMITÊ GESTOR

Samuel Rosa da Fonseca Silva (MPTCU)
Presidente

Jonathan Artmann (MPC-SC)
Supervisor Comissão Temática 1

Walter Junior Cabral de Lima (MPC-ES)
Supervisor Comissão Temática 2

Ana Paula Milanez Braga (MPC-MG)

Fernando Aquino Scaliante (MPC-PR)

João Mário de Medeiros Paixão (MPC-SP)

Lena Márcia de Oliveira Campos (MPC-PA)

Murillo Victor Umbelino Machado (MPC-RN)

Werner Italo Cardozo (MPC-PE)

Comissão Temática 1

Desenvolvimento Institucional e Gestão do Conhecimento

João Mário de Medeiros Paixão (MPC-SP)

Jonathan Artmann (MPC-SC)

Samuel Rosa da Fonseca Silva (MPTCU)

Comissão Temática 2

Atuação Interinstitucional, Tecnologia e Inovação

Ana Paula Milanez Braga (MPC-MG)

Fernando Aquino Scaliante (MPC-PR)

Lena Márcia de Oliveira Campos (MPC-PA)

Murillo Victor Umbelino Machado (MPC-RN)

Walter Junior Cabral de Lima (MPC-ES)

Werner Italo Cardozo (MPC-PE)

SUMÁRIO

Introdução	8
Metodologia	11
Formulário Consolidado	13
Quadro de respondentes	20
Diagnóstico por eixo temático	22
Estrutura e Organização	23
Atividade de inteligência em funcionamento	23
Hipóteses de utilização	24
Forma de execução.....	24
Regulamentação da atividade	25
Estrutura física e recursos materiais.....	25
Recursos humanos	26
Articulação com o controle externo.....	26
Percepção sobre melhorias necessárias	27
Avaliação da atividade	28
Dificuldades enfrentadas na gestão de informações estratégicas	28
Áreas finalísticas que podem se beneficiar do apoio da Rede MPContas.....	29
Contribuições da Rede MPContas para a fiscalização e controle	29
Evolução desde o diagnóstico de 2021.....	30
Métodos e procedimentos	30
Metodologias e protocolos	31
Sistemas próprios de inteligência	32
Bases de dados e repositórios utilizados	32
Uso de ferramentas baseadas em Inteligência Artificial (IA)	33
Integração com bancos de dados.....	34
Estudos em andamento.....	34

SUMÁRIO

Utilização de critérios de risco.....	35
Registro e acompanhamento de procedimentos de inteligência	36
Funcionalidades desejadas na Rede MPContas....	37
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	37
Capacitação específica dos servidores.....	37
Conhecimento técnico em programação e base de dados.....	38
Apoio da Rede MPContas na capacitação e desenvolvimento profissional.....	39
Integração e Colaboração	40
Parcerias com os setores de informações estratégicas dos Tribunais de Contas.....	40
Convênios com instituições públicas para ampliação de acesso a dados	41
Intercâmbio de informações com órgãos externos de inteligência	42
Ações de inteligência em colaboração com outras instituições.....	43
Participação em redes e fóruns de combate à corrupção	44
Ações e boas práticas a serem compartilhadas....	45
Sugestões para o Comitê Gestor da Rede MPContas.....	46
Conclusão.....	48
ANEXO I	
Base histórica e metodológica do diagnóstico: do Enampcon 2021 ao novo formulário da rede MPContas	51
Introdução.....	51
Mapeamento-diagnóstico – Rede MPContas 2025.....	52
Pesquisa-diagnóstico com base no levantamento Enampcon – 2021.....	52

SUMÁRIO

Levantamento de questões para novo formulário de diagnóstico das atividades de inteligência dos MPCs.....	57
Novo formulário de diagnóstico das atividades de inteligência dos MPCs.....	62
Formulário consolidado, por áreas temáticas:	62
Aplicação do formulário.....	64
Conclusão	66

ANEXO II

Íntegra das respostas	67
-----------------------------	----

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Este relatório apresenta os resultados do mapeamento nacional das atividades de inteligência realizadas pelos Ministérios Públicos de Contas (MPCs), conduzido sob a coordenação da Rede MPContas.

A iniciativa tem como objetivo sistematizar informações relevantes sobre a estrutura, o funcionamento, os métodos utilizados e o grau de institucionalização dessa atividade no âmbito dos MPCs, além de identificar boas práticas, lacunas operacionais e oportunidades de cooperação entre as unidades.

A realização do diagnóstico parte da premissa de que a inteligência institucional, aplicada ao controle externo, representa um vetor estratégico para o aprimoramento da atuação dos órgãos de controle.

Ao possibilitar a produção de conhecimento qualificado, orientado por dados, metodologias e critérios de risco, a atividade de inteligência potencializa a eficiência na fiscalização dos recursos públicos e fortalece o papel do Ministério Público de Contas na defesa do interesse público.

A metodologia adotada baseou-se em um questionário estruturado, que buscou captar, de forma abrangente, os seguintes aspectos:

- o estágio de maturidade da atividade de inteligência nos MPCs;

- a existência (ou não) de núcleos organizados e regulamentação interna;
- os recursos humanos e tecnológicos disponíveis;
- os métodos, ferramentas e sistemas empregados;
- o uso de tecnologias emergentes, como a inteligência artificial;
- os principais desafios enfrentados e as perspectivas de aprimoramento.

Além de servir como instrumento de diagnóstico, o levantamento permite estabelecer uma linha de base para o acompanhamento da evolução institucional da temática, identificando avanços desde o último mapeamento nacional (Diagnóstico Enampcon – 2021) e oferecendo subsídios concretos para o planejamento de ações futuras da Rede MPContas.

Os dados colhidos foram consolidados e organizados por áreas temáticas, de forma a facilitar a análise e a extração de conclusões estratégicas. Espera-se que este documento contribua para a formulação de ações voltadas ao fortalecimento da atividade de inteligência, à integração entre os órgãos e à disseminação de práticas bem-sucedidas no âmbito dos Ministérios Públicos de Contas.

METODOLOGIA

METODOLOGIA

Para a realização do presente diagnóstico, foi elaborado e distribuído um formulário eletrônico estruturado, composto por 51 perguntas organizadas em 4 eixos temáticos:

- Estrutura e Organização
- Métodos e Procedimentos
- Capacitação e Desenvolvimento Profissional
- Integração e Colaboração

O instrumento de coleta foi formulado com base em referências anteriores — especialmente o Diagnóstico Enampcon 2021 — e nas sugestões apresentadas pelos próprios Ministérios Públicos de Contas (MPCs) durante as reuniões da Rede MPContas. O objetivo foi construir uma visão abrangente e atualizada do estágio de desenvolvimento da atividade de inteligência institucional em cada unidade.

As perguntas foram organizadas de modo a permitir a identificação de boas práticas, carências estruturais, metodologias adotadas, uso de tecnologias, grau de institucionalização e possibilidades de atuação conjunta entre os membros da Rede. Também buscou-se captar a percepção dos respondentes quanto às principais dificuldades enfrentadas, ao nível de maturidade das ações em curso e às sugestões para fortalecimento da atividade nos MPCs.

O formulário foi disponibilizado em duas plataformas (Google Forms e Microsoft Forms) e permaneceu aberto para respostas entre março e maio de 2025. Ao final do período de coleta, registrou-se a participação de 31 Ministérios Públicos de Contas, conforme ilustrado no mapa abaixo.

Observação: As respostas recebidas após a consolidação dos dados (MPC-PB, MPC-RJ e MPCm-RJ) não foram incluídas na análise estatística do relatório, mas encontram-se integralmente registradas no anexo I.

Formulário Consolidado

Identificação

1. Qual seu nome?

Resposta: texto livre.

2. Qual é o seu melhor e-mail para contato?

Resposta: texto livre.

3. Você é de qual MPC?

Resposta: texto livre.

Estrutura e Organização

4. Seu MPC exerce atividade de inteligência?

Resposta: opção única.

- Sim (prosseguir para a questão 5)
- Não (pular para a questão 16)

5. As ações de inteligência são utilizadas em quais hipóteses e situações?

Resposta: texto livre.

6. De que forma o seu MPC exerce a atividade de inteligência?

Resposta: opção única.

- Centralizada (Núcleo de Inteligência)
- Descentralizada (cada Membro de forma autônoma)

7. A atividade de inteligência está regulamentada no âmbito do seu MPC?

Resposta: opção única.

- Sim (prosseguir para a questão 8)
- Não (pular para a questão 9)

8. Caso seja possível, anexar o(s) documento(s) referente(s) à regulamentação.

Resposta: carregar arquivo.

9. Qual estrutura física e quais recursos materiais seu MPC utiliza para executar a atividade de inteligência?

Resposta: texto livre.

10. Quantos servidores exercem a atividade de inteligência?

Resposta: classificação (1 a 10 ou mais).

11. Descreva a área de formação dos servidores que exercem a atividade e qual a função desempenhada por cada uma delas.

Resposta: texto livre.

12. No seu MPC, a atividade de inteligência é realizada de forma isolada da atividade de análise dos processos de controle externo?

Resposta: opção única.

Sim

Não

13. O que pode ser melhorado para o exercício da atividade de inteligência no âmbito do seu MPC?

Resposta: texto livre.

14. De 0 a 10, como você classifica a execução da atividade de inteligência no seu órgão?

Resposta: classificação (1 a 10).

15. Justifique a nota atribuída

Resposta: texto livre.

16. Informe o motivo pelo qual seu MPC não exerce atividade de inteligência.

Resposta: texto livre.

17. Quais são as principais dificuldades que o seu MPC enfrenta atualmente na gestão de informações estratégicas e como a Rede MPContas poderia auxiliar na solução desses desafios?

Resposta: texto livre.

18. Quais são as principais áreas de atuação finalística do seu MPC que poderiam se beneficiar do apoio da Rede MPContas?

Resposta: texto livre.

19. De que forma a Rede MPContas pode auxiliar na fiscalização e controle dos recursos públicos pelo seu MPC?

Resposta: texto livre.

20. Em relação ao diagnóstico realizado em 2021, quais foram as principais mudanças implementadas na atividade de inteligência do seu MPC?

Resposta: texto livre.

Métodos e Procedimentos

21. O seu MPC possui metodologia, procedimentos ou protocolos para produção de informações de inteligência e de medidas de contrainteligência?

Resposta: opção única.

- Sim (prosseguir para a questão 22)
- Não (pular para a questão 23)

22. Quais metodologias, procedimentos ou protocolos são utilizadas?

Resposta: texto livre.

23. O MPC utiliza sistema próprio para atividade de inteligência?

Resposta: opção única.

- Sim (prosseguir para a questão 24)
- Não (pular para a questão 25)

24. Se sim, descrevê-lo, bem como informar se existe a possibilidade de disponibilizá-lo para outros MPCs.

Resposta: texto livre.

25. Quais bases de dados, sistemas e demais repositórios de informações são utilizados para coleta de informações por seu MPC?

Resposta: texto livre.

26. O seu MPC utiliza ferramentas ou soluções baseadas em Inteligência Artificial (IA)?

Resposta: opção única.

- Sim (prosseguir para a questão 27)
- Não (pular para a questão 30)

27. Se sim, especifique quais ferramentas ou soluções são utilizadas e para quais finalidades.

Resposta: texto livre.

28. Como o seu MPC atua na integração de sistemas de Inteligência Artificial (IA) com os bancos de dados existentes?

Resposta: texto livre.

29. Há ações em estudo para produção de conhecimento a partir de ferramentas de Inteligência Artificial?

Resposta: texto livre.

30. Nas ações de inteligência, são utilizados critérios de risco?

Resposta: opção única.

Sim (prosseguir para a questão 31)

Não (pular para a questão 32)

31. Se sim, quais?

Resposta: texto livre.

32. Existe alguma base de dados ou metodologia para o registro e acompanhamento de procedimentos de inteligência em andamento no MPC?

Resposta: opção única.

Sim (prosseguir para a questão 33)

Não (pular para a questão 34)

33. Se sim, como a informação produzida pela inteligência é encaminhada ao tomador de decisão?

Resposta: texto livre.

34. Quais funcionalidades ou instrumentos adicionais você gostaria que a Rede MP-Contas oferecesse para atender melhor às necessidades do seu MPC?

Resposta: texto livre.

Capacitação e Desenvolvimento Profissional

35. Os servidores que exercem a atividade de inteligência realizaram alguma capacitação específica/treinamento em inteligência e técnicas de investigação?

Resposta: opção única.

- Sim (prosseguir para a questão 36)
- Não (pular para a questão 37)

36. Se sim, descrevê-los.

Resposta: texto livre.

37. Os servidores que atuam na atividade de inteligência possuem conhecimento em linguagem de programação ou de consulta a base de dados (Python, SQL etc.)?

Resposta: opção única.

- Sim (prosseguir para a questão 38)
- Não (pular para a questão 39)

38. Se sim, quais?

Resposta: texto livre.

39. Como a Rede MPContas pode apoiar o desenvolvimento profissional e a capacitação dos servidores na atividade de inteligência do seu MPC?

Resposta: texto livre.

Integração e Colaboração

40. Há parceria(s) entre o seu MPC e o setor de informações estratégicas do Tribunal de Contas visando à produção de conhecimento?

Resposta: opção única.

- Sim (prosseguir para a questão 41)
- Não (pular para a questão 42)

41. Se sim, como se dá essa colaboração e quais resultados já foram alcançados?

Resposta: texto livre.

42. O seu MPC já buscou convênios com instituições/órgãos do respectivo estado/município a fim de se ampliar os sistemas/bases de dados disponíveis?

Resposta: opção única.

Sim (prosseguir para a questão 43)

Não (pular para a questão 44)

43. Se sim, quais os sistemas/bases que possui acesso, e disponibilizado por qual instituição?

Resposta: texto livre.

44. O seu MPC realiza intercâmbio de informações com órgãos externos de inteligência?

Resposta: opção única.

Sim (prosseguir para a questão 45)

Não (pular para a questão 46)

45. Se sim, são adotados protocolos de segurança no intercâmbio de informações de inteligência?

Resposta: texto livre.

46. O seu MPC já realizou ações de inteligência em colaboração com outras instituições?

Resposta: opção única.

Sim (prosseguir para a questão 47)

Não (pular para a questão 48)

47. Se sim, quais?

Resposta: texto livre

48. Os servidores que exercem atividades de inteligência participam de reuniões do SISBIN ou de Fóruns/Redes Locais de Combate à Corrupção?

Resposta: opção única.

Sim (prosseguir para a questão 49)

Não (pular para a questão 50)

49. Se sim, quais os resultados obtidos desta interação?

Resposta: texto livre.

50. Quais ações, atividades ou boas práticas de seu MPC poderiam ser compartilhadas com os integrantes da Rede MPContas?

Resposta: texto livre.

51. Deixe aqui suas sugestões para os trabalhos do Comitê Gestor da Rede MPContas.

Resposta: texto livre.

Quadro de respondentes

MPC	Nome	Data	Formulário
MPC-AC	CLISINEIDE SOUZA	22/4/2025	Google
MPC-AP	ANTONIO CLÉSIO CUNHA DOS SANTOS	29/4/2025	Google
MPC-BA	CAMILA LUZ DE OLIVEIRA	16/4/2025	Google
MPC-DF	JOSÉ HUMBERTO VALENTINO VIEIRA / MARCO AURÉLIO FERREIRA PERES	24/4/2025	Google
MPC-ES	WALTER JUNIOR CABRAL DE LIMA	31/3/2025	Microsoft
MPC-GO	LÚCIO MARCOS DA COSTA BOLZAN	16/4/2025	Google
MPC-MA	JÚLIO CESAR SILVA COSTA / JAIRO CAVALCANTI VIEIRA	24/4/2025	Google
MPC-MG	ANA PAULA MILANEZ BRAGA	4/4/2025	Microsoft
MPC-MS	BRYAN LUCAS REICHERT PALMEIRA	6/5/2025	Google
MPC-MT	FRANCINE ALVES DE HERRERIA E SOUZA	24/4/2025	Google
MPC-PA	LENA MARCIA DE OLIVEIRA CAMPOS	14/4/2025	Microsoft
MPC-PB	ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA PEREIRA	15/5/2025	Google
MPC-PE	WERNER ÍTALO CARDOZO	2/4/2025	Microsoft
MPC-PI	EDUARDO SOUSA DA SILVA	24/4/2025	Google
MPC-PR	FERNANDO AQUILIO SCALIANTE	4/4/2025	Microsoft
MPC-RJ	DAMARIS AUGUSTA RAMOS BARBOSA / RAKELINY MAURIZ GOMES	13/5/2025	Google
MPC-RN	BÁRBARA MAIA	23/4/2025	Google
MPC-RO	ALDRIN WILLY MESQUITA TABORDA	22/4/2025	Google
MPC-RS	ROBERTO PONSÍ	30/4/2025	Google
MPC-SC	JONATHAN ARTMANN	11/4/2025	Microsoft
MPC-SE	EDUARDO SANTOS ROLEMBERG CORTES	24/4/2025	Google
MPC-SP	JOÃO MÁRIO DE MEDEIROS PAIXÃO	13/4/2025	Microsoft
MPC-AL	ENIO ANDRADE PIMENTA	30/4/2025	Google
MPC-AM	CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA	30/4/2025	Google
MPC-CE	TATIANNE SANTOS	22/4/2025	Google
MPCM-BA	MATHEUS BARRETO	23/4/2025	Microsoft
MPCM-GO	THATIANE GRASIELLE CARNEIRO	11/4/2025	Microsoft
MPCM-PA	RAPHAEL BRITO DE PAIVA	22/4/2025	Google
MPCM-RJ	ALINE PACHECO MEDEIROS	13/5/2025	Google
MPC-RR	NÃO RESPONDEU	-	-
MPC-TO	GEORGE WASHINGTON DA SILVA BERNARDES	22/4/2025	Google
MPTCU	CARMEM VIANA CASTINEIRAS BEZERRIL	3/4/2025	Microsoft

DIAGNÓSTICO POR EIXO TEMÁTICO

DIAGNÓSTICO POR EIXO TEMÁTICO

A presente seção consolida os resultados obtidos a partir da análise das respostas ao formulário aplicado junto aos Ministérios Públicos de Contas (MPCs).

Cada eixo contempla uma análise qualitativa e quantitativa das informações fornecidas, com base nas perguntas correspondentes do formulário. Ao final de cada tópico, são sintetizadas as principais constatações e sugestões apresentadas pelos respondentes, compondo um panorama abrangente e atualizado sobre o estágio de maturidade, os desafios enfrentados e as oportunidades de aprimoramento da atividade de inteligência no âmbito dos Ministérios Públicos de Contas.

Estrutura e Organização

A análise das respostas indica que a atividade de inteligência apresenta **níveis heterogêneos de desenvolvimento** entre os Ministérios Públicos de Contas (MPCs), refletindo **graus distintos de institucionalização, estrutura física e alocação de pessoal**.

Atividade de inteligência em funcionamento

Dos 31 MPCs que responderam ao formulário, 16 informaram exercer atividade de inteligência, enquanto 12 declararam não realizar essa função. Entre os que não exercem, os principais entraves identificados foram:

- Ausência de normatização interna;
- Falta de estrutura física e recursos tecnológicos adequados;
- Dependência da iniciativa do Procurador-Geral para a deflagração de procedimentos;
- Déficit de pessoal qualificado, como MPC que contava com apenas um membro até 2024.

O seu MPC exerce atividade de inteligência?

Hipóteses de utilização

A atividade de inteligência é acionada, prioritariamente, em situações que envolvem:

- Análise de **denúncias e representações**;
- **Monitoramento** de contratos públicos e detecção de vínculos suspeitos;
- **Apoio** à atuação das Procuradorias de Contas;
- Elaboração de **painéis analíticos** e **projetos temáticos** (ex: gastos com festejos, shows, benefícios indevidos);
- **Cooperação** com órgãos de controle e sistema de justiça penal.

Forma de execução

Entre os MPCs que realizam atividade de inteligência:

- **11 declararam atuação centralizada**, com execução por núcleo ou setor especializado;
- **5 atuam de forma descentralizada**, com membros desenvolvendo ações de forma autônoma.

De que forma o seu MPC exerce a atividade de inteligência?

Regulamentação da atividade

Apenas **7 MPCs** relataram possuir **normativos internos específicos** sobre a atividade de inteligência. Dentre esses, apenas o MPC-AC e o MPC-SP disponibilizaram o documento para consulta pública.

A atividade de inteligência está regulamentada no âmbito do seu MPC?

MPC-AC:

<https://drive.google.com/open?id=1IKcDPGIfNvNOIOL1u0O6Qo2Fmvd0RJOW>

MPC-SP:

<https://www.mpc.sp.gov.br/sites/mpcsp/files/normativo/Ato%20normativo%20PGC%20020-2023%20N%C3%BAcleo%20Apoio%20T%C3%A9cnico%20v.2.pdf>

Estrutura física e recursos materiais

Grande parte dos MPCs afirmou **não dispor de estrutura física específica** para o desenvolvimento das atividades de inteligência. As iniciativas se concentram, em geral, na **utilização de espaços compartilhados e equipamentos de uso comum**. Duas unidades destacaram pontos positivos:

- **MPC-PA:** sala específica vinculada ao Centro de Apoio Operacional (CAO);
- **MPC-SC:** rede segura e dispositivos de armazenamento externo (HDs) para dados sensíveis.

Recursos humanos

A composição das equipes que atuam em inteligência é, em sua maioria, limitada:

- **9 MPCs** contam com apenas 1 servidor atuando na atividade;
- O **MPC-SC** informou ter 10 servidores designados.

A formação predominante dos profissionais é em **Direito**, refletindo a natureza jurídico-normativa dos MPCs. Há, contudo, registros de servidores com formação em áreas como Administração, Engenharia, Ciências Contábeis, Tecnologia da Informação, Comunicação e Matemática. Em geral, os profissionais acumulam funções e **há carência de equipes técnicas multidisciplinares formalmente constituídas e capacitadas exclusivamente para as atividades de inteligência.**

Quantos servidores exercem a atividade de inteligência?

- Não responderam: 12 MPCs (AL, AM, AP, BA, CE, DF, MA, mPA, PB, RN, SE, TCU, TO);
- 1 servidor: 9 MPCs (AC, ES, GO, mBA, MG, mGO, MT, PE, PI);
- 2 servidores: 1 MPC (RO);
- 3 servidores: 1 MPC (PA);
- 4 servidores: 2 MPCs (RS, SP);
- 5 servidores: 1 MPC (PR);
- 10 servidores: 1 MPC (SC).

Articulação com o controle externo

Mais da metade dos MPCs que exercem atividade de inteligência indicou que a atuação **não ocorre de forma isolada à análise dos processos de controle externo**, revelando uma integração nas ações realizadas.

No seu MPC, a atividade de inteligência é realizada de forma isolada da atividade de análise dos processos de controle externo?

Percepção sobre melhorias necessárias

Entre os aspectos apontados como prioritários para o aprimoramento da atividade de inteligência destacam-se:

- Criação de **núcleos estruturados** com servidores e recursos físicos adequados;
- Regulamentação formal da atividade, com definição de fluxos e responsabilidades;
- **Pessoal com qualificação**, especialmente em análise de dados e tecnologia da informação;
- **Acesso ampliado a bases de dados** públicas e privadas;
- Incentivo à adoção de ferramentas de **inteligência aberta (OSINT)**;
- **Troca de experiências entre os MPCs**, com compartilhamento de metodologias e soluções.

Avaliação da atividade

As notas atribuídas variaram entre **1 e 10**, refletindo diferentes estágios de consolidação institucional. Destaques:

- **Nota 10:** ES e SC (estruturas robustas e práticas maduras);
- **Notas 8 e 9:** MT, SP, MG (nível avançado, com potencial de aprimoramento);
- **Notas até 3:** MPCs com estruturas incipientes ou atuação esporádica.

A média geral foi de **aproximadamente 6**, revelando uma atuação ainda em fase intermediária, de consolidação, na maioria das unidades.

As justificativas reforçam que as notas mais altas estão relacionadas à existência de resultados concretos, integração institucional e uso estratégico da informação. Já as notas mais baixas foram atribuídas em razão da **falta de estrutura, regulamentação e pessoal qualificado**.

Dificuldades enfrentadas na gestão de informações estratégicas

A principal dificuldade relatada pelos MPCs refere-se à **insuficiência de servidores qualificados**, especialmente com formação em ciência de dados, tecnologia da informação e inteligência aplicada ao controle externo. Essa limitação compromete a capacidade analítica e a produção estruturada de conhecimento estratégico.

Paralelamente, foi identificado um **déficit de infraestrutura tecnológica**, que se manifesta na ausência de sistemas próprios, acesso limitado a bases de dados sensíveis e carência de equipamentos adequados para tratamento e armazenamento de informações.

Outro fator crítico é a **limitação da autonomia administrativa** de alguns MPCs, o que impacta diretamente a estruturação de equipes, a definição de prioridades e a aquisição de recursos.

Em alguns casos, a autonomia dos procuradores é limitada por normas locais que impedem a abertura autônoma de procedimentos administrativos, tornando-os dependentes da iniciativa do procurador-geral.

Nesse cenário, os respondentes apontaram como medidas passíveis de serem promovidas pela Rede MPContas:

1. **Articulação institucional para viabilização de convênios nacionais** de acesso a bases de dados estratégicas (cartorárias, fiscais, patrimoniais, comerciais);
2. **Promoção de capacitações especializadas e contínuas**, em parceria com instituições como a Escola de Inteligência do Exército, Marinha do Brasil e o TCU;

3. **Elaboração de diretrizes técnicas nacionais** para a estruturação mínima de núcleos de inteligência, com parâmetros de equipe, infraestrutura e procedimentos.

Outras sugestões incluem:

- Criação de um **centro de negociação unificado de acesso a dados**, nos moldes do CNMP e do CNJ;
- Realização de **encontros periódicos entre os MPCs** para alinhamento estratégico;
- Fomento à **produção científica** sobre inteligência aplicada ao controle externo;
- Desenvolvimento de **estudos técnicos de referência** para subsidiar a formalização da atividade nos órgãos em estágio inicial.

Áreas finalísticas que podem se beneficiar do apoio da Rede MPContas

A atuação da Rede MPContas foi amplamente reconhecida como estratégica para fortalecer as frentes institucionais dos MPCs, especialmente nas seguintes áreas:

- **Fiscalização de contratações públicas;**
- **Análise de processos licitatórios;**
- **Acompanhamento da execução de políticas públicas;**
- **Combate à corrupção e identificação de fraudes.**

Além de apoiar a atuação finalística, a Rede também é vista como agente fundamental para **padronização de práticas, disseminação de metodologias e promoção da interoperabilidade de sistemas e bancos de dados**. A articulação nacional promovida pela Rede pode favorecer a construção de soluções compartilhadas, com maior robustez técnica, segurança da informação e uniformidade de procedimentos entre os MPCs.

Contribuições da Rede MPContas para a fiscalização e controle

Segundo os respondentes, a Rede MPContas tem potencial para **qualificar significativamente a atuação dos MPCs na fiscalização e controle dos recursos públicos**. Dentre as principais formas de contribuição destacam-se:

- **Compartilhamento estruturado de informações estratégicas** entre os membros da Rede;

- **Promoção de capacitações técnicas continuadas**, com foco em inteligência aplicada ao controle externo;
- **Ampliação do acesso a bases de dados essenciais**, por meio de articulação conjunta com órgãos públicos e privados;
- **Disponibilização de ferramentas tecnológicas**, como o LabContas, que potencializam a análise de dados e a elaboração de relatórios analíticos.

Também se destaca o papel da Rede como ambiente de **integração institucional e troca sistemática de boas práticas**, elemento essencial para o fortalecimento da governança da informação e da eficiência coletiva no exercício do controle externo.

Evolução desde o diagnóstico de 2021

Comparativamente ao diagnóstico nacional realizado em 2021, o novo levantamento aponta **avanços pontuais, mas ainda desiguais** entre os MPCs.

- **13 unidades** relataram melhorias, com destaque para:
 - Adoção de **ferramentas baseadas em inteligência artificial**;
 - Ampliação do quadro de pessoal;
 - **Normatização de fluxos internos**;
 - **Criação ou consolidação de núcleos especializados**.
- **14 MPCs**, por outro lado, afirmaram que **não houve mudanças significativas** na estrutura ou nos procedimentos relacionados à atividade de inteligência.

Chama a atenção, ainda, um caso de retrocesso: o **MPC de Santa Catarina** relatou perda de autonomia administrativa, o que comprometeu a continuidade das ações e resultou na desestruturação formal da unidade responsável pela atividade de inteligência.

Métodos e procedimentos

O segundo eixo temático do diagnóstico buscou compreender os métodos adotados pelos MPCs para produção de informações de inteligência, os procedimentos institucionais formalizados, o uso de ferramentas tecnológicas (incluindo inteligência artificial), a existência de critérios de risco e os mecanismos de encaminhamento das informações produzidas. Os dados revelam um estágio ainda incipiente de normatização e padronização dos procedimentos, com algumas experiências promissoras em desenvolvimento.

Metodologias e protocolos

Apenas **três MPCs** (MG, SC e SP) declararam possuir **metodologia, procedimentos ou protocolos** voltados à produção de informações de inteligência e de medidas de contrainteligência. A grande maioria ainda **não dispõe de instrumentos padronizados**, o que indica fragilidade na institucionalização dessas atividades e risco de assimetria na qualidade dos resultados produzidos.

Entre as práticas relatadas, estão:

- A adoção de **procedimentos empíricos** baseados na experiência dos servidores, com foco na coleta e cruzamento de dados provenientes de fontes abertas e bases públicas;
- A utilização de **parâmetros de relevância e risco** para orientar a atuação, de forma integrada à análise de processos do Tribunal de Contas;
- A aplicação de princípios como **sigilo, rastreabilidade, utilidade e foco estratégico**, mesmo na ausência de normativos formais;
- O uso de **manual de procedimentos** voltado ao levantamento de dados em sistemas restritos;
- A produção de informações conforme **procedimentos estabelecidos pela chefia**.

O seu MPC possui metodologia, procedimentos ou protocolos para produção de informações de inteligência e de medidas de contrainteligência?

Sistemas próprios de inteligência

Apenas o **MPC do Espírito Santo (MPC-ES)** declarou utilizar um sistema próprio para a atividade de inteligência. As demais 27 unidades responderam negativamente.

O MPC-ES destaca-se pelo uso de duas ferramentas desenvolvidas com base em princípios de ciência aberta:

- **SINARC (Sistema Integrado de Análise de Redes Complexas)**: plataforma de OSINT disponível publicamente no GitHub;
- **Samantha Interface Assistant**: assistente baseada em IA para análise local de dados estruturados, sem envio à internet.

Ambas as soluções são disponibilizadas publicamente e podem ser replicadas por outros MPCs, promovendo maior padronização e economia de recursos.

O MPC utiliza sistema próprio para atividade de inteligência?

Bases de dados e repositórios utilizados

Os MPCs acessam uma variedade de sistemas, com destaque para bases de dados geridas pelos Tribunais de Contas e outras instituições públicas. Entre os principais sistemas citados, incluem-se:

- **SIAPC, Licitacon, SIGEF, SICOP, S3i, TOME CONTA, ContabilizaSP**, entre outros;
- Portais de transparência estaduais e municipais;
- Bases internas dos TCs e gabinetes militares, em casos pontuais.

A diversidade de sistemas demonstra autonomia local, mas também revela a ausência de um núcleo comum de informações estratégicas disponível a todos os MPCs.

Quais bases de dados, sistemas e demais repositórios de informações são utilizados para coleta de informações por seu MPC?

- MPC-AC: Sistema de licitações e contratos, LabContas TCU;
- MPC-AL, MPC-PI, MPC-PA: bases internas;
- MPC-BA: sistemas próprios (sem detalhamento);
- MPC-CE: Sistema de Informações Municipais (SIM);
- MPC-ES: SINARC, Junta Comercial, Aduna, LabContas TCU;
- MPC-GO: Ferramentas do próprio TCE, LabContas TCU;
- MPC-MT: Gabinete Militar do TCE;
- MPC-PE: TOME CONTA, Detran, Junta Comercial, LabContas TCU;
- MPC-RS: SIAPC, Licitacon, SIAPE
- MPC-PR: Portal de Informações, LabContas TCU, Aduna e S3i;
- MPC-SC: SIGEF, S@T, SICOP, LabContas TCU, Infoseg, Aduna, Censec, Arisp, JUCESC;
- MPCm-BA: SIGA e painéis *Power BI*;
- MPC-SP: Censec, Signo, CRC-JUD, Áduna, Plutão, Áquila, Ares, ibec, ContabilizaSP, SisMPIntegrado, Registradores, LabContas TCU e Detran-SP.

Uso de ferramentas baseadas em Inteligência Artificial (IA)

Observa-se um natural movimento de receptividade de aplicação da inteligência artificial. Nesse contexto, **11 MPCs** declararam utilizar alguma ferramenta de IA em suas atividades. Entre os usos relatados, destacam-se:

- Apoio à **redação e revisão de peças institucionais**;
- **Análise de dados estruturados**;
- Geração de hipóteses investigativas preliminares.

As ferramentas mais citadas incluem **ChatGPT**, **Gemini** e **DeepSeek**, além de sistemas desenvolvidos internamente ou em colaboração com os TCs. Apesar dos avanços, observa-se que o uso da IA ainda está em fase experimental, com práticas dispersas e não padronizadas.

O seu MPC utiliza ferramentas ou soluções baseadas em Inteligência Artificial (IA)?

Integração com bancos de dados

A integração entre ferramentas de IA e os bancos de dados institucionais **ainda é incipiente na maioria dos MPCs**. Alguns órgãos relatam experiências em desenvolvimento, como o MPC-GO, que vem testando o uso de IA para análise de grandes volumes de dados e produção de documentos. Em outros casos, os sistemas utilizados não estão plenamente integrados aos repositórios existentes, o que limita o potencial analítico.

Estudos em andamento

Alguns MPCs participam de **iniciativas voltadas ao desenvolvimento de soluções baseadas em IA**, como:

- A participação do MPC-SC na **Vertical de Inteligência Artificial** do TCE-SC;
- O desenvolvimento de ferramenta própria pelo MPC-SP, em parceria com o TCE-SP;

- A colaboração do TCU no projeto **Parecer Assistido**, voltado a organizar e a analisar informações em processos de Tomada de Contas Especial.

Essas experiências indicam um movimento institucional crescente de incorporação da IA à produção de conhecimento, com potencial para aumentar a eficiência, a padronização e a inteligência institucional.

Utilização de critérios de risco

Apenas **quatro MPCs** (ES, mGO, PI e SP) informaram utilizar critérios de risco em suas ações de inteligência. Os critérios empregados incluem:

- Indicadores técnicos e parâmetros predefinidos;
- Ferramentas de análise preditiva;
- Relatórios específicos, como o sistema Águila e os relatórios SMART, ambos do TCE-SP.

A aplicação de critérios de risco contribui para a priorização de objetos de fiscalização e aumenta a efetividade da atuação

Nas ações de inteligência, são utilizados critérios de risco?

Registro e acompanhamento de procedimentos de inteligência

Somente **seis MPCs** (MG, PE, PR, RS, SC e SP) indicaram possuir alguma base ou metodologia para registro e acompanhamento de procedimentos de inteligência.

As formas de encaminhamento das informações produzidas variam:

- Uso do SEI para registros sigilosos;
- Pastas eletrônicas internas;
- Envio por e-mail seguro;
- Modelos híbridos em fase de implantação.

Essa variedade de soluções reflete a busca por **segurança, rastreabilidade e efetividade** no registro e na difusão das informações estratégicas, embora ainda não exista padronização sobre o tema.

Existe alguma base de dados ou metodologia para o registro e acompanhamento de procedimentos de inteligência em andamento no MPC?

Funcionalidades desejadas na Rede MPContas

Os respondentes indicaram diversas funcionalidades que a Rede MPContas poderia oferecer para melhor atender às necessidades dos MPCs, conforme transcrito ao final do tópico. As sugestões reforçam o papel da Rede como **instância articuladora de soluções conjuntas, com potencial para induzir ganhos de escala, interoperabilidade, padronização metodológica e modernização tecnológica dos órgãos.**

Quais funcionalidades ou instrumentos adicionais você gostaria que a Rede MPContas oferecesse para atender melhor às necessidades do seu MPC?

- Compartilhamento de boas práticas: RS, ES, SC, TCU, mGO, mBA;
- Ferramentas tecnológicas e BI/IA: SC, mGO, mBA, MT, DF;
- Acesso ampliado a bases de dados: SC, PE, SP, MS, PA, RO;
- Capacitação e apoio técnico contínuo: TO, SE, RN, AM, TCU;
- Integração e colaboração entre MPCs: GO, PR, SC, TCU.

Capacitação e Desenvolvimento Profissional

Este eixo teve por objetivo identificar o grau de especialização dos servidores envolvidos nas atividades de inteligência dos Ministérios Públicos de Contas (MPCs), a existência de capacitações específicas, conhecimentos técnicos relevantes (como linguagens de programação e análise de dados) e as expectativas quanto ao apoio da Rede MPContas na qualificação profissional. Os dados revelam que, embora haja iniciativas relevantes de capacitação, ainda persiste a necessidade de estruturação de ações voltadas à formação continuada e especializada das equipes técnicas.

Capacitação específica dos servidores

Quando questionados sobre a realização, por servidores, de **capacitações específicas em inteligência e técnicas de investigação**, **11 MPCs** responderam afirmativamente, **12 negaram** e **5 declararam desconhecer a informação**.

Entre os órgãos que investiram em formação especializada, destacam-se iniciativas envolvendo:

- Ferramentas de análise de dados;
- Doutrinas de inteligência;
- Técnicas de investigação aplicadas ao controle externo.

As capacitações foram promovidas por instituições como o **Exército Brasileiro**, a **Marinha do Brasil**, o **Tribunal de Contas da União (TCU)**, o **Ministério da Justiça**, a **Escola Superior de Defesa** e o **Centro de Inteligência da Marinha**, evidenciando o envolvimento de parceiros estratégicos na qualificação técnica dos servidores.

Esse tipo de capacitação foi apontado como **fundamental para garantir a eficácia na produção de conhecimento estratégico**, contribuindo para decisões mais embasadas e seguras no exercício da atividade de inteligência.

Os servidores que exercem a atividade de inteligência realizaram alguma capacitação específica/treinamento em inteligência e técnicas de investigação?

Conhecimento técnico em programação e base de dados

Apenas **6 MPCs** indicaram possuir servidores com conhecimento em **linguagens de programação ou de consulta a base de dados** (como Python e SQL). A maioria (19) respondeu negativamente, o que revela um **baixo índice de domínio técnico especializado** entre os profissionais atuantes na área.

Entre os órgãos que relataram conhecimento técnico, destacam-se:

- Uso de **Python** para desenvolvimento de ferramentas internas;
- Aplicação de **SQL** para modelagem e consulta em bases de dados;
- Integração de sistemas com **inteligência artificial**, com o servidor atuando como validador dos códigos e resultados produzidos.

Essa competência é considerada estratégica, sobretudo diante da crescente demanda por **tratamento de grandes volumes de dados, integração de sistemas e automação de análises**, reforçando a importância de investimentos contínuos em formação tecnológica.

Os servidores que atuam na atividade de inteligência possuem conhecimento em linguagem de programação ou de consulta a base de dados (Python, SQL etc.)?

Apoio da Rede MPContas na capacitação e desenvolvimento profissional

Os respondentes destacaram o papel da **Rede MPContas como agente estruturante** na promoção da capacitação técnica e institucional dos servidores que atuam na área de inteligência.

As principais recomendações envolvem:

- Oferta de **ações formativas sistemáticas**, com foco em:
 - análise de dados;
 - uso de ferramentas tecnológicas;
 - metodologias investigativas;
 - inteligência aplicada ao controle externo;

- Criação de **comunidades de prática**, com promoção de seminários, oficinas e eventos técnicos;
- Elaboração e difusão de **materiais técnicos padronizados**, como:
 - guias operacionais;
 - protocolos procedimentais;
 - manuais institucionais.

Essas ações são consideradas essenciais para os MPCs que ainda **não dispõem de estrutura formalizada**, contribuindo para a **uniformização metodológica**, o **fortalecimento da governança da informação** e o **alinhamento técnico entre os integrantes da Rede MPContas**.

Integração e Colaboração

O quarto eixo do diagnóstico buscou identificar o grau de articulação dos Ministérios Públicos de Contas (MPCs) com outras instituições no desenvolvimento da atividade de inteligência, incluindo parcerias com Tribunais de Contas, convênios com órgãos públicos, intercâmbio de informações, participação em redes de combate à corrupção e colaboração em ações investigativas. Os dados demonstram que, embora existam boas práticas em algumas unidades, a integração institucional ainda é incipiente na maioria dos casos, revelando potencial significativo de fortalecimento por meio da atuação articulada da Rede MPContas.

Parcerias com os setores de informações estratégicas dos Tribunais de Contas

Apenas **8 MPCs** informaram manter parceria com os setores de informações estratégicas de seus respectivos Tribunais de Contas. Essas colaborações envolvem:

- Compartilhamento de **bases de dados e relatórios analíticos**;
- **Atendimento a demandas específicas** para produção de conhecimento;
- **Atuação conjunta em fiscalizações e investigações**;
- Participação de agentes de integração entre os núcleos estratégicos e as procuradorias.

Apesar da informalidade em alguns contextos, os relatos sugerem que a prática da colaboração, quando presente, tem gerado **resultados positivos na produção de conhecimento estratégico**.

Há parceria (s) entre o seu MPC e o setor de informações estratégicas do Tribunal de Contas visando à produção de conhecimento?

Convênios com instituições públicas para ampliação de acesso a dados

Oito MPCs declararam ter celebrado convênios com instituições/órgãos estaduais ou municipais, como o Ministério da Justiça e Segurança Pública, Prefeituras Municipais, Juntas Comerciais, Departamentos de Trânsito e Secretarias de Estado, com o objetivo de ampliar o acesso a **sistemas e bases de dados essenciais** para a atividade de inteligência. Esses acordos têm viabilizado o acesso a informações como:

- Registros imobiliários e cartorários;
- Dados de segurança pública, trânsito, e energia elétrica;
- Informações tributárias;
- Cadastros empresariais e comerciais.

A formalização desses convênios é apontada como uma **estratégia eficaz para qualificar a atuação investigativa** e reduzir a dependência de dados exclusivamente internos aos Tribunais de Contas.

O seu MPC já buscou convênios com instituições/órgãos do respectivo estado/município a fim de se ampliar os sistemas/bases de dados disponíveis?

Intercâmbio de informações com órgãos externos de inteligência

Apenas **7 MPCs** (BA, MA, mGO, MT, PR, RN e SC) indicaram realizar **intercâmbio de informações com órgãos externos de inteligência**. As práticas incluem:

- Cooperação com **Ministérios Públicos Estaduais, Polícia Civil, Polícia Federal e órgãos de controle interno**;
- Compartilhamento de dados para subsidiar investigações e apurações de ilícitos;
- Apoio em operações que envolvam **fraudes licitatórias e desvio de recursos públicos**.

Contudo, muitos MPCs relataram ausência de protocolos formais de segurança para esse intercâmbio, o que representa um obstáculo à padronização e à proteção das informações sensíveis.

O seu MPC realiza intercâmbio de informações com órgãos externos de inteligência?

Ações de inteligência em colaboração com outras instituições

Não obstante cuidar-se de uma prática recente, **10 MPCs** afirmaram já ter realizado ações de inteligência em parceria com outras instituições. Tais colaborações têm resultado em:

- Execução de investigações conjuntas;
- Produção compartilhada de relatórios de inteligência;
- Operações com **medidas concretas**, como **prisões, mandados de busca e apreensão e desarticulação de esquemas fraudulentos** especialmente em casos que envolvem corrupção, desvio de recursos públicos e fraudes em licitações.

Esses casos ilustram o potencial da **ação coordenada interinstitucional** como fator de amplificação do impacto e da efetividade das ações de inteligência.

O seu MPC já realizou ações de inteligência em colaboração com outras instituições?

Participação em redes e fóruns de combate à corrupção

A participação em redes formais de inteligência, como o **SISBIN** ou **Fóruns/Redes Locais de Combate à Corrupção**, foi informada por apenas **2 MPCs** (SC e SP). Apesar do número reduzido, os relatos indicam que essa atuação favorece:

- Troca de boas práticas;
- Acesso a **treinamentos especializados**;
- Fortalecimento da **inteligência colaborativa regional**.

A ampliação dessa participação é vista como oportunidade para fomentar o **ambiente cooperativo** necessário à atuação estratégica e integrada dos MPCs no combate à corrupção.

Os servidores que exercem atividades de inteligência participam de reuniões do SISBIN ou de Fóruns/Redes Locais de Combate à Corrupção?

Ações e boas práticas a serem compartilhadas

Os MPCs foram convidados a indicar boas práticas de inteligência que pudessem ser compartilhadas no âmbito da Rede MPCContas. As contribuições recebidas refletem diferentes graus de maturidade institucional:

- **Ferramentas de Business Intelligence (BI)**, como o “Painel de Festejos Juninos” (MPC-BA) e o “Radar das Contratações Públicas” (MPC-PA);
- Formalização de **atos de colaboração interinstitucional** (MPC-RS);
- Práticas de **autonomia investigativa** e uso estratégico de dados (MPC-PE).

Vários órgãos ainda não indicaram práticas consolidadas, o que evidencia **etapas distintas de implementação** da atividade de inteligência e reforça a importância de espaços de troca entre os MPCs.

Sugestões para o Comitê Gestor da Rede MPContas

As sugestões direcionadas ao Comitê Gestor da Rede MPContas enfatizam o papel da Rede como articuladora de ações nacionais, com destaque para:

- **Difusão de metodologias e instrumentos de trabalho;**
- Promoção de **encontros técnicos e seminários temáticos;**
- **Criação de grupos permanentes de discussão temática;**
- Desenvolvimento de **ferramentas colaborativas** de inteligência;
- Ampliação do **suporte técnico para integração de bases de dados;**
- Elaboração de **estudos conjuntos** sobre temas estratégicos para o controle externo.

Essas iniciativas são apontadas como essenciais para fortalecer a atuação dos MPCs, reduzir assimetrias e fomentar **uma cultura colaborativa e baseada em evidências.**

CONCLUSÃO

CONCLUSÃO

A análise das informações prestadas pelos Ministérios Públicos de Contas no presente diagnóstico revela um cenário **marcado por avanços pontuais, desafios persistentes e amplas oportunidades de aprimoramento** na condução das atividades de inteligência institucional.

Embora alguns MPCs tenham demonstrado **níveis mais avançados de estruturação**, com núcleos dedicados, uso de ferramentas tecnológicas, normatização interna e integração com outras instituições, a maior parte dos órgãos ainda enfrenta **entraves significativos** relacionados a:

- **Carência de pessoal técnico qualificado**, sobretudo com formação em análise de dados, tecnologia da informação e metodologias de inteligência;
- **Déficit de infraestrutura tecnológica**, incluindo ausência de sistemas próprios e acesso restrito a bases de dados estratégicas;
- **Falta de regulamentação interna** e de protocolos padronizados para execução, registro e encaminhamento das informações produzidas;
- **Baixo grau de articulação interinstitucional**, especialmente no que se refere a convênios, parcerias formais, trocas de informações sensíveis e participação em redes externas de combate à corrupção.

Em contrapartida, identifica-se um **movimento crescente de reconhecimento da importância da atividade de inteligência** como instrumento estratégico para o controle externo. Diversos MPCs relataram iniciativas em curso para:

- **Consolidação de núcleos especializados;**
- **Adoção de soluções baseadas em inteligência artificial;**
- **Capacitação técnica continuada** de suas equipes;
- **Aprimoramento das práticas analíticas e investigativas;**
- **Desenvolvimento de indicadores de risco** e painéis temáticos para subsidiar a atuação finalística.

A **Rede MPContas** desponta, nesse contexto, como **agente estratégico de indução, articulação e suporte técnico**, com papel essencial na superação das assimetrias existentes entre os órgãos. As contribuições esperadas concentram-se nas seguintes temáticas:

1. **Capacitação técnica especializada**, com oferta contínua de formações em análise de dados, inteligência aplicada ao controle externo e uso de ferramentas digitais;
2. **Promoção do intercâmbio de experiências**, com sistematização e disseminação de boas práticas e metodologias;
3. **Desenvolvimento e compartilhamento de instrumentos tecnológicos**, como sistemas, painéis, fluxos e protocolos;
4. **Negociação institucional de acesso a bases de dados estratégicas**, em articulação com órgãos públicos e privados;
5. **Produção de estudos técnicos e diretrizes nacionais**, que orientem a estruturação mínima das unidades de inteligência nos MPCs.

Por fim, recomenda-se que a Rede MPContas promova, em articulação com seus membros, a **elaboração de um modelo de referência para implantação ou aperfeiçoamento da atividade de inteligência nos MPCs**, contemplando:

- Estrutura organizacional mínima;
- Perfis profissionais recomendados;
- Infraestrutura tecnológica básica;
- Procedimentos padronizados para coleta, análise e difusão da informação;
- Indicadores de maturidade e desempenho da atividade.

Esse modelo poderá funcionar como **guia prático para os órgãos que ainda se encontram em estágios iniciais** e como **base para avaliação e planejamento institucional nos MPCs mais consolidados**, contribuindo para o fortalecimento de uma cultura de inteligência articulada, estratégica e integrada no âmbito do Ministério Público de Contas brasileiro.

ELABORAÇÃO

O presente trabalho foi desenvolvido pela equipe do Ministério Público junto ao TCU:

Carmem Viana Castiñeiras Bezerril

Carlos Eduardo Campos Gomes de Castro

Samuel Rosa da Fonseca Silva

ANEXO I

BASE HISTÓRICA E METODOLÓGICA DO DIAGNÓSTICO: DO ENAMPCON 2021 AO NOVO FORMULÁRIO DA REDE MPCONTAS

Introdução

A implementação do Comitê-Gestor da Rede de Informações Estratégicas dos Ministérios Públicos de Contas (Rede MPContas) consolida mais um avanço na desejável atuação integrada dos Ministérios Públicos de Contas (MPCs) brasileiros. Com representantes de todas as regiões do país, e totalizando 9 MPCs como integrantes dessa instância colegiada, busca-se uma visão holística e participativa da atuação nacional dos *Parquets* especializados.

Nessa esteira, foi elaborada uma proposta de trabalho que teve como ponto de partida a Pesquisa-Diagnóstico originada no Encontro Nacional do Ministério Público de Contas (Enampon) de 2021. A esta, oportunizou-se que os integrantes do Comitê Gestor oferecessem novas sugestões de questionamentos, os quais foram consolidados e categorizados em macrotemas, perfazendo um total de 20 perguntas.

O novo mapeamento foi desenvolvido no formato de formulário eletrônico (<https://forms.office.com/r/wPtDPTL6m8>) e disponibilizado na página de compartilhamento da Rede (<https://tcucloud.sharepoint.com/sites/RedeMPContas>), acessível na área exclusiva do Portal (<https://mp.tcu.gov.br/rede-mpcontas/>).

Ademais, fora também compartilhado o formulário, a partir do *e-mail*: redempcontas@tcu.gov.br, previamente aos integrantes do **comitê gestor**, em 28/3/2025, e posteriormente aos demais **agentes de integração** da Rede, em 2/4/2025. O prazo para preenchimento foi estipulado para o período de **28/3 a 11/4/2025**, conforme a seguinte distribuição para acompanhamento dos integrantes do comitê:

	Nome	Contato	MPCs a serem acompanhados
Walter Júnior Cabral de Lima	walter.lima@mpc.es.gov.br	MPC-AC, MPC-AL e MPC-RO.
	Werner Ítalo Cardozo	werner@tcepe.tc.br	MPC-DF, MPC-GO e MPC-SE.
	Fernando Aquino Scaliante	fernando.scaliante@tce.pr.gov.br	MPCM-GO, MPC-MA e MPC-TO
	Jonathan Artmann	jonathan@mpc.sc.gov.br	MPCM-PA, MPC-PB e MPCM-BA.
	Samuel Rosa Fonseca Silva	samuelfrf@tcu.gov.br	MPC-RR, MPC-MS e MPCM-RJ* [*MPCs que ainda não aderiram à Rede MPContas]
	Ana Paula Milanez Braga	apbraga@mpc.mg.gov.br	MPC-AP e MPC-AM.
	Lena Márcia de Oliveira Campos	lena.campos@mpc.pa.gov.br	MPC-BA e MPC-CE.
	Murillo Victor Umbelino Machado	murillomachado@tcern.gov.br	MPC-MT e MPC-RS.
	João Mário de Medeiros Paixão	joao@tce.sp.gov.br	MPC-PI e MPC-RJ.

Por pertinência temática, a **análise e consolidação do resultado do mapeamento** fica a cargo da **comissão 1** proposta no “Plano Preparatório de Ações”

Segue Proposta de Trabalho apresentada aos integrantes, discutida, aprovada e iniciada em 28/3/2025:

Mapeamento-diagnóstico – Rede MPContas 2025

Nesta oportunidade, a realização de um novo mapeamento tem o propósito de se obter uma visão das ações implementadas na temática de inteligência e de produção de conhecimento, bem como mapear a estrutura e organização das unidades de informações estratégicas eventualmente implementadas no MPCs, as técnicas, ferramentas e metodologias adotadas na execução dos trabalhos de inteligência, as necessidades de qualificação e de desenvolvimento profissional e as perspectivas de atuação conjunta, de colaboração e de integração dos partícipes aderentes à Rede MPContas.

Como passo inicial para os trabalhos conjuntos, deliberou-se na primeira reunião do Comitê-Gestor, realizada pela plataforma Teams, em 18/11/2024, por renovar a Pesquisa-Diagnóstico originada no Encontro Nacional do Ministério Público de Contas (Enampcon) de 2021.

Pesquisa-diagnóstico com base no levantamento Enampcon – 2021

Por ocasião da revisão do Plano de Gestão Estratégica do Ministério Público de Contas - ano 2021 - realizada no II ENAMPCON, ficou a cargo do Grupo de Inteligência – Estruturação, coordenado pela Procuradora-Geral do Ministério Público de Contas de Minas Gerais (MPC-MG), Elke Andrade Soares de Moura, apresentar um diagnóstico sobre a atividade de inteligência nos Ministérios Públicos de Contas do Brasil.

A pesquisa foi baseada em questionários enviados a 32 MPCs, dos quais 17 responderam. Os resultados indicaram que muitos MPCs não possuíam estrutura ou recursos adequados para atividades de inteligência, apesar de sua importância para a missão institucional. Pontuou-se, ainda, que as principais dificuldades enfrentadas incluíam a falta de recursos humanos qualificados, equipamentos e autonomia financeira. O diagnóstico sugeriu a necessidade de uma estrutura mínima ideal para os centros de inteligência e propôs a elaboração de um manual para implementação, visando auxiliar os MPCs interessados em desenvolver suas capacidades de inteligência.

O documento destacou ainda que a falta de respostas de todos os MPCs comprometeu o trabalho de diagnóstico. Entre os que responderam, muitos não executam ou não possuem estrutura mínima para a realização de atividades de inteligência, aspecto importante para o exercício da missão institucional do Ministério Público de Contas. Na oportunidade, o grupo Inteligência – Estruturação planejou elaborar uma proposta de composição e estrutura mínimas ideais de trabalho dos centros de inteligência, além de disponibilizar um manual para implementação, destinado a subsidiar a execução por parte dos MPCs interessados.

Foram objeto de pesquisa as seguintes questões:

Questionário aplicado no Diagnóstico-Enampcon de 2021

1. O MPC exerce alguma atividade de inteligência?

SIM – responder a partir da 3ª pergunta

NÃO – responder as perguntas nº 2, 17, 18 e 19

2. Em caso negativo, qual seria o motivo para não exercer a atividade de inteligência?

3. Em quais hipóteses/situações as operações de inteligência são utilizadas?

4. De que forma o MPC exerce a atividade de inteligência?

CENTRALIZADA (Núcleo de Inteligência) – responder a partir da 5ª pergunta.

DESCENTRALIZADA (cada Procurador de forma autônoma) – responder a partir da 6ª pergunta.

5. O Núcleo / Centro de Inteligência foi regulamentado pelo MPC? Se positivo, como ele se apresenta? Anexar normativo, caso tenha sido editado.

6. Quais são as técnicas e ferramentas utilizadas?

7. Qual a estrutura física utilizada para executar a atividade de inteligência? Descrever.

8. Quantos servidores exercem a atividade de inteligência? Eles possuem alguma qualificação específica para o exercício dessa atividade? Se positivo, descrever as qualificações.

9. O MPC possui equipe multidisciplinar para exercer a atividade de inteligência? Se positivo, descrever a área de formação dos membros e qual a função desempenhada.

10. Os servidores que exercem a atividade de inteligência realizaram alguma capacitação específica/treinamento em inteligência e técnicas de investigação? Em caso positivo, descrevê-los.

11. Quais equipamentos são utilizados na atividade de inteligência? Indicar quantitativo de cada equipamento utilizado.

12. Descrever quais os sistemas/banco de dados utilizados na atividade de inteligência, informar o órgão desenvolvedor e como foi disponibilizado o acesso a tais bancos de dados.

13. O MPC utiliza sistema próprio para atividade de inteligência? Se positivo, descrevê-lo, bem como informar se existe a possibilidade de disponibilizá-lo para outros MPCs.

14. O MPC possui ambiente de Big Data? Em caso positivo, descrevê-lo.

15. De 0 a 10, como classifica a execução da atividade de inteligência? Justificar a nota.
16. O que pode ser melhorado para o exercício da atividade de inteligência no âmbito do MPC?
17. Apesar das especificidades de cada MPC, qual a estrutura mínima necessária deverá dispor para o exercício da atividade de inteligência (equipamentos, servidores, sistemas)?
18. O MPC dispõe de recursos (pessoal, equipamentos, espaço físico) para estruturar o Centro de Inteligência?

Informação complementar não foi abordada nas perguntas anteriores.

Respostas Compiladas

Para melhor subsidiar a compreensão, apresenta-se uma síntese das respostas apresentadas por ocasião do diagnóstico realizado em 2021.

1. O MPC exerce alguma atividade de inteligência?

01 não respondeu;

08 informaram que exercem atividades de inteligência;

08 disseram que não exercem atividades de inteligência.

2. Em caso negativo, qual seria o motivo para não exercer a atividade de inteligência?

08 MPCs não possuem recursos humanos e materiais suficientes/qualificados;

01 MPC tem outras prioridades.

3. Em quais hipóteses/situações as operações de inteligência são utilizadas?

Utilizadas para subsidiar procedimentos investigatórios e representações, e cooperar com outros ramos ministeriais;

Incluem cruzamentos de informações, pesquisas, mineração e consolidação de dados para monitoramento da gestão pública.

4. De que forma o MPC exerce a atividade de inteligência?

05 de forma descentralizada;

03 de forma centralizada;

01 de ambas as formas.

5. O Núcleo / Centro de Inteligência foi regulamentado pelo MPC?

Regulamentado em 04 MPCs;

Em processo de regulamentação em 01 MPC.

6. Quais são as técnicas e ferramentas utilizadas?

Pesquisas em bancos de dados, análise documental, cruzamento de dados, mineração, tratamento e consolidação de dados, uso de gerenciadores de planilhas e bancos de dados.

7. Qual a estrutura física utilizada para executar a atividade de inteligência?

9 MPCs Não possuem estrutura física autônoma/específica: Atividades desenvolvidas nos Gabinetes dos Procuradores ou em salas compartilhadas.

8. Quantos servidores exercem a atividade de inteligência e suas qualificações?

Quantidade de servidores

06 MPCs não informaram o número específico de servidores tendo em vista que executam outras atividades, além da de inteligência.

03 MPCs informaram que possuem 01 (um), 03 (três) e 09 (nove) servidores que exercem exclusivamente atividades de inteligência.

Qualificações

02 MPCs possuem servidores com qualificação específica;

01 (um) MPC informou que os servidores possuem formações diversificadas (Ciências Contábeis, Economia e Engenharia Civil).

03 MPCs informaram números específicos de servidores dedicados exclusivamente à inteligência.

9. O MPC possui equipe multidisciplinar para exercer a atividade de inteligência?

Nenhum possui equipe multidisciplinar dedicada à inteligência.

Observações:

03 (três) MPCs informaram que os servidores que atuam na área de inteligência possuem formação jurídica.

02 (dois) MPCs salientaram que, caso seja necessário, podem demandar servidores com formação específica para atuar nas atividades de inteligência, embora não façam parte da equipe.

10. Os servidores que exercem a atividade de inteligência realizaram alguma capacitação específica?

04 MPCs informaram que não houve qualquer capacitação dos servidores

05 MPCs indicaram que os servidores passaram por algum tipo de capacitação.

11. Quais equipamentos são utilizados na atividade de inteligência?

Computadores

Observação:

01 (um) MPC informou que utiliza um computador moderno onde as informações são armazenadas em nuvem com acesso restrito.

12. Quais os sistemas/banco de dados utilizados na atividade de inteligência?

Bancos de dados dos Tribunais de Contas, Portal da Transparência, entre outros, com acesso obtido por meio de convênios.

13. O MPC utiliza sistema próprio para atividade de inteligência?

Nenhum possui sistema próprio, exceto o MPC-MG que tem um sistema de gestão eletrônica.

14. O MPC possui ambiente de Big Data?

Nenhum dos MPCs possui ambiente de Big Data.

15. Como é classificada a execução da atividade de inteligência?

Variedade de notas atribuídas, com justificativas que incluem necessidade de novos equipamentos e capacitação.

16. O que pode ser melhorado para o exercício da atividade de inteligência?

Necessidade de equipamentos adequados e atualizados, servidores permanentemente capacitados, equipe multidisciplinar, criação de centro específico, automação de atividades repetitivas e convênios com outros órgãos para obtenção de dados e troca de experiências.

17. Qual a estrutura mínima necessária para o exercício da atividade de inteligência?

Todos os 17 (dezessete) MPCs responderam essa pergunta.

15 MPCs apresentaram respostas similares àquelas que foram apresentadas na pergunta anterior: equipe treinada, equipamentos de T.I., acesso a base de dados, sistemas de mineração e tratamento de dados, equipamentos que garantam a segurança da informação.

02 (dois) MPCs que disseram não possuir condições para responder à indagação.

18. O MPC dispõe de recursos para estruturar o Centro de Inteligência?

- 06 possuem recursos completos;
- 08 não possuem;
- 02 possuem apenas equipamentos; e
- 01 apenas espaço físico.

19. Informações complementares não abordadas nas perguntas anteriores.

Alguns MPCs apresentaram como informações complementares: (i) MPC-GO: necessidade de integração com outros MPCs em virtude da disparidades entre eles e esta experiência poderá agregar valor à instituição como um todo; (ii) MPC-MS: aguardando a realização de concurso público para que assim possa ter servidores dedicados a atividade de inteligência; (iii) MPC-RS: algumas atividades pontuais poderiam ser consideradas de inteligência, contudo, os servidores não estão suficientemente capacitados e não há estruturação para esse fim. (iv) MPC-SC: apresentação de um projeto de estruturação em uma rede de inteligência, mantendo a política de investigações e inteligência em cada gabinete, incentivando a comunicação entre os servidores que atuam com esta atividade e também estabelecendo um núcleo centralizado para atividades técnicas para potencializar o uso da Ciência de Dados; e (v) MPC-TO: embora não tenha um núcleo de inteligência atuando com esse foco, existem departamentos de fiscalização e monitoramento permanente que acompanham as atividades de empresas, órgãos e gestores por meio do Sistema Integrado de Auditoria Pública.

Levantamento de questões para novo formulário de diagnóstico das atividades de inteligência dos MPCs

Possibilitando uma visão mais abrangente da evolução e do atual contexto da atividade de inteligência nos MPCs, por ocasião da primeira Reunião do Comitê Gestor da Rede MPContas, realizada em 18/11/2024, novas contribuições foram oferecidas pelos integrantes dos Ministérios Públicos de Contas do Espírito Santo, de Pernambuco, de São Paulo, de Santa Catarina e da União (MPE-ES, MPC-PE, MPC-SP, MPC-SC e MPTCU), as quais são apresentadas a seguir, totalizando 37 novas contribuições:

MPC-ES - Walter Junior Cabral de Lima

1. São adotados protocolos específicos no processo de produção de informações de inteligência?
2. São adotados protocolos específicos na utilização de medidas de contrainteligência?
3. A atividade de inteligência é realizada de forma isolada da atividade de análise dos processos de controle externo?
4. O MPC realiza intercâmbio de informações de inteligência com o Núcleo de Informações Estratégicas (NIE) do Tribunal de Contas?
5. O MPC realiza intercâmbio de informações de inteligência com órgãos externos de inteligência?
6. São adotados protocolos de segurança no intercâmbio de informações de inteligência?
7. Os servidores que atuam na atividade de inteligência possuem conhecimento em alguma linguagem de programação ou de consulta a base de dados (Python, SQL etc.)? Qual o nível de conhecimento em cada linguagem (básico, intermediário ou avançado)?
8. Quais ferramentas são utilizadas para analisar bases de dados estruturadas (Excel, MySQL, Python etc.)?
9. De 0 a 10, como podem ser avaliados os resultados produzidos pela atividade de inteligência? Justifique a nota.
10. Que bases de dados adicionais seriam relevantes para aprimorar a atividade de inteligência do MPC? Justifique a importância de cada base.
11. Quais cursos, treinamentos e capacitações gostaria de realizar para aprimorar a atividade de inteligência?
12. Em relação ao diagnóstico realizado em 2021, em anexo, quais foram as principais mudanças implementadas na atividade de inteligência?
13. Qual o nível de conhecimento dos servidores sobre inteligência artificial (básico, intermediário ou avançado)? O MPC utiliza sistemas de inteligência artificial na atividade de inteligência? Em caso afirmativo, quais?
14. O MPC já realizou ações de inteligência em colaboração com outras instituições?

MPC-PE - Werner Ítalo Cardozo

15. Caso o Centro/Núcleo de inteligência esteja exercendo a atividade de inteligência, quais sistemas já foram úteis para buscar/coletar informações não disponíveis? (LABCONTAS, Outros...)
16. O MPC já buscou convênios com instituições/órgãos do respectivo Estado/Município a fim de se ampliar os sistemas/bases de dados disponíveis?
17. Se sim, quais os sistemas/bases que possui acesso, e disponibilizado por qual órgão?
18. Existe algum sistema que não citou anteriormente e acredita que seja útil para o levantamento de informações? (Sistema de Registros Notariais, INFOSEG, Outros...)
19. Tem conhecimento de algum curso que acredita ser útil e/ou necessário para a atividade de inteligência?

MPC-SP - João Mário de Medeiros Paixão

20. Os servidores que exercem atividades de inteligência participam de reuniões do SISBIN ou de Fóruns/Redes Locais de Combate à Corrupção? Quais os resultados obtidos desta interação?
21. Há parcerias com o setor de informações estratégicas do Tribunal de Contas visando a produção de conhecimento? Como se dá essa colaboração e quais resultados já foram alcançados?
22. Há ações em estudo para produção de conhecimento a partir de ferramentas de Inteligência Artificial? Quais os cuidados de segurança adotados?
23. Nas ações de inteligência, são utilizados critérios de risco? Em caso afirmativo, quais (e.g. Matriz de Risco da Rede Infocontas)?
24. Sobre o nível de detalhamento dos dados disponibilizados pelo respectivo Tribunal de Contas (para o público interno ou externo): é possível identificar as nomenclaturas e valores de verbas pagas pelos jurisdicionados aos respectivos servidores? É possível obter a lista completa de pessoas físicas/jurídicas contratadas pelos jurisdicionados, com indicação de CNPJ/CPF, período e valor liquidado?

MPC-SC - Jonathan Artmann

25. Entre as contramedidas, o Ministério Público de Contas (MPC) adota algum registro de acesso a informações sensíveis?
26. Existe alguma medida específica para o compartilhamento de informações nos processos de produção de inteligência, de forma a impedir que um único servidor tenha controle total sobre o procedimento? Ou, neste modelo, o servidor tem acesso integral a todos os documentos em análise durante o processo?
27. Há alguma divisão operacional ou hierárquica entre os servidores que atuam na produção das informações? Se sim, como essa estrutura está organizada?
28. De que maneira são armazenados os achados, documentos e outras informações coletadas durante o processo de inteligência? Essas informações ficam armazenadas em: Meio físico; Meio digital offline (como pen drive, HD externo); Computador do servidor, em rede própria do MPC; Computador do servidor, em rede do Tribunal de Contas do Estado (TCE); Servidores do MPC, na nuvem do próprio MPC; Nuvem do TCE; Nuvem de empresas externas (como Google Drive, Dropbox, OneDrive)?
29. Existe alguma base de dados ou metodologia para o registro e acompanhamento de todos os procedimentos de inteligência em andamento no MPC?
30. Como a informação produzida pela inteligência é encaminhada do servidor ao tomador de decisão (procurador de contas)?
31. Há uma figura designada para revisar as informações coletadas pelos servidores durante o processo de produção de inteligência?
32. Durante a produção das informações, ocorre algum compartilhamento, orientação ou troca de informações entre os servidores e seus superiores? Se sim, como essa comunicação é realizada? Por meio de reuniões presenciais ou por meios digitais (e-mail, chat do MPC, chat do TCE, WhatsApp ou outros)?

Ministério Público junto ao TCU - MPTCU

33. Quais são as dificuldades enfrentadas pelo MPC na integração de sistemas de Inteligência Artificial (IA) com os bancos de dados existentes?
34. Quais dificuldades o MPC enfrenta ao buscar parcerias ou acessar sistemas e informações de outros órgãos?
35. Existem dificuldades relacionadas à infraestrutura tecnológica que limitam a atividade de inteligência no MPC?

36. Há características específicas de sua região que deveriam ser consideradas no desenvolvimento de sistemas de inteligência?
37. Quais iniciativas poderiam ser implementadas para reduzir desigualdades regionais no uso de tecnologias pelo MPC?

Questionário - reunião preparatória março/2025 – Comitê Gestor

A partir de fevereiro de 2025 teve início uma nova rodada de reuniões virtuais com representantes dos MPCs integrantes do Comitê Gestor, que, previamente, puderam responder questionamentos direcionados à elaboração de um plano preparatório de ações da Rede MPContas.

O formulário buscou respostas para os seguintes questionamentos:

1. Quais são as principais dificuldades que o seu Ministério Público de Contas (MPC) enfrenta atualmente na gestão de informações estratégicas e como a Rede MPContas poderia auxiliar na solução desses desafios?
2. Quais são as principais áreas de atuação finalística do seu MPC que poderiam se beneficiar do apoio da Rede MPContas?
3. De que forma a Rede MPContas pode auxiliar na fiscalização e controle dos recursos públicos pelo seu MPC?
4. Quais funcionalidades ou instrumentos adicionais você gostaria que a Rede MPContas oferecesse para atender melhor às necessidades do seu MPC?
5. Quais ações, atividades ou boas práticas de seu MPC poderiam ser compartilhadas com os integrantes da Rede MPContas?
6. Como a Rede MPContas pode apoiar o desenvolvimento profissional e a capacitação dos servidores do seu MPC?
7. Seu MPC tem interesse em participar de um evento presencial promovido pela Rede MPContas para apresentação das atividades desenvolvidas pelo Comitê-Gestor e de trabalhos desenvolvidos por outros MPCs?
8. Deixe aqui suas sugestões para os trabalhos do Comitê Gestor da Rede MPContas em 2025.

Novo formulário de diagnóstico das atividades de inteligência dos MPCs

Nesse cenário, inspirado no Diagnóstico Enampcon de 2021 e considerando as colaborações posteriores, com vistas a racionalização, tais contribuições foram consolidadas e segmentadas.

Na essência, o propósito é mapear o estado atual da atividade de inteligência conduzida pelos Ministérios Públicos de Contas e a formulação de propostas de melhorias. As questões abrangem temas como estrutura organizacional, técnicas e ferramentas utilizadas, capacitação de servidores e integração com outras instituições, permitindo uma visão abrangente e crítica do funcionamento dessas atividades.

Desta forma, apresenta-se a categorização das perguntas por áreas temáticas, agrupando questões semelhantes. Essa organização tem como objetivo facilitar a análise e promover uma compreensão mais clara dos principais pontos levantados, contribuindo para o aperfeiçoamento contínuo das ações de inteligência no âmbito dos MPCs.

Formulário consolidado, por áreas temáticas:

Estrutura e Organização

1. O seu MPC exerce alguma atividade de inteligência?

1.1 Se positivo, favor responder os subitens a seguir:

- a. As ações de inteligência são utilizadas em quais hipóteses e situações?
- b. De que forma o seu MPC exerce a atividade de inteligência? () CENTRALIZADA (Núcleo de Inteligência) ou () DESCENTRALIZADA (cada Membro de forma autônoma)?
- c. A atividade de Inteligência foi regulamentada pelo MPC? Caso seja possível, anexar os documentos referente(s) à regulamentação.
- d. Qual estrutura física e quais recursos materiais seu MPC utiliza para executar a atividade de inteligência?
- e. Quantos servidores exercem a atividade de inteligência? Descreva a área de formação dos servidores que exercem a atividade e qual a função desempenhada.
- f. No seu MPC a atividade de inteligência é realizada de forma isolada da atividade de análise dos processos de controle externo?
- g. O que pode ser melhorado para o exercício da atividade de inteligência no âmbito do seu MPC? De 0 a 10, como classifica a execução da atividade de inteligência? Justificar a nota atribuída.

- 1.2 Se a resposta ao item anterior for negativa, informar qual seria o motivo para não exercer atividade de inteligência?
2. Quais são as principais dificuldades que o seu MPC enfrenta atualmente na gestão de informações estratégicas e como a Rede MPContas poderia auxiliar na solução desses desafios?
 3. Quais são as principais áreas de atuação finalística do seu MPC que poderiam se beneficiar do apoio da Rede MPContas? De que forma a Rede MPContas pode auxiliar na fiscalização e controle dos recursos públicos pelo seu MPC?
 4. Em relação ao diagnóstico realizado em 2021, quais foram as principais mudanças implementadas na atividade de inteligência? *(incluir link do Diagnóstico Enampcon 2021 disponível no share da Rede).*

Métodos e Procedimentos

5. O seu MPC possui metodologia, procedimentos ou protocolos para produção de informações de inteligência e de medidas de contrainteligência? Se sim, quais são as técnicas, os instrumentos e as ferramentas utilizadas?
6. O seu MPC utiliza sistema próprio para atividade de inteligência? Se sim, descrevê-lo, bem como informar se existe a possibilidade de disponibilizá-lo para outros MPCs.
7. Quais bases de dados, sistemas, e demais repositórios de informações são utilizados para coleta de informações por seu MPC?
8. O seu MPC utiliza ferramentas ou soluções baseadas em Inteligência Artificial (IA)? Se sim, especifique quais ferramentas ou soluções são utilizadas e para quais finalidades. Há ações em estudo para produção de conhecimento a partir de ferramentas de Inteligência Artificial? Como o seu MPC atua na integração de sistemas de Inteligência Artificial (IA) com os bancos de dados existentes?
9. Nas ações de inteligência, são utilizados critérios de risco? Se sim, quais?
10. Existe alguma base de dados ou metodologia para o registro e acompanhamento de procedimentos de inteligência em andamento no MPC? Se sim, como a informação produzida pela inteligência é encaminhada ao tomador de decisão?
11. Quais funcionalidades ou instrumentos adicionais você gostaria que a Rede MPContas oferecesse para atender melhor às necessidades do seu MPC?

Capacitação e Desenvolvimento Profissional

12. Os servidores que exercem a atividade de inteligência realizaram alguma capacitação específica/treinamento em inteligência e técnicas de investigação? Se sim, descrevê-los.
13. Os servidores que atuam na atividade de inteligência possuem conhecimento em linguagem de programação ou de consulta a base de dados (Python, SQL etc.)? Se sim, quais?
14. Como a Rede MPContas pode apoiar o desenvolvimento profissional e a capacitação dos servidores na atividade de inteligência do seu MPC?

Integração e Colaboração

15. Há parceria(s) entre o seu MPC e o setor de informações estratégicas do Tribunal de Contas visando à produção de conhecimento? Se sim, como se dá essa colaboração e quais resultados já foram alcançados?
16. O seu MPC já buscou convênios com instituições/órgãos do respectivo Estado/Município a fim de se ampliar os sistemas/bases de dados disponíveis? Se sim, quais os sistemas/bases que possui acesso, e disponibilizado por qual instituição?
17. O seu MPC realiza intercâmbio de informações com órgãos externos de inteligência? Se sim, são adotados protocolos de segurança no intercâmbio de informações de inteligência?
18. O seu MPC já realizou ações de inteligência em colaboração com outras instituições? Se sim, quais?
19. Os servidores que exercem atividades de inteligência participam de reuniões do SISBIN ou de Fóruns/Redes Locais de Combate à Corrupção? Se sim, quais os resultados obtidos desta interação?
20. Quais ações, atividades ou boas práticas de seu MPC poderiam ser compartilhadas com os integrantes da Rede MPContas?

Deixe aqui suas sugestões para os trabalhos do Comitê Gestor da Rede MPContas 2025.

Aplicação do formulário

O início dos trabalhos de campo se deu com o compartilhamento do link <https://forms.office.com/r/wPtDPTL6m8> para o respectivo preenchimento no período de 28/3 a 11/4/25, encaminhado pelo e-mail redempcontas@tcu.gov.br, em **28/3/2025**:

Compartilhamento da 2ª Edição do Mapeamento de Atividades de Inteligência dos MPCs

Caros colegas do Comitê Gestor da Rede MPCContas, boa tarde!

Desejamos que estejam todos bem.

É com grande satisfação que anunciamos a disponibilização da segunda edição do **mapeamento referente às atividades de inteligência** realizadas pelos Ministérios Públicos de Contas (MPCs). Este diagnóstico é um passo importante para compreendermos e aprimorarmos a atividade de informações estratégicas em nossa Rede.

E para garantir que alcancemos o maior número possível de participantes, solicitamos o apoio de cada um de vocês. Pedimos que incentivem e acompanhem, conforme o quadro proposto nesta mensagem, o preenchimento do formulário que está disponível em nosso sharepoint, acessível na área exclusiva da página: <https://m0.tcu.gov.br/rede-mpccontas/>.

Aproveitamos ainda para noticiar que incluímos no sharepoint da Rede a página "**Bases de Dados**", que contém um Catálogo Dinâmico de Bases de Dados Externas do LabContas. Os integrantes do Comitê Gestor agora terão **acesso para edição** a algumas páginas. São elas: **Bases de Dados, Boas Práticas e Publicações & Acervo Técnico**. O intuito de todas as páginas é o compartilhamento de informações. Na seção **Bases de Dados**, o objetivo é reunir todos os bancos de dados que podem ser úteis à Rede.

Contamos com a colaboração de todos e nos colocamos à disposição para quaisquer dúvidas ou sugestões.

Link formulário: <https://forms.office.com/r/wPDPTL6m8>

Nome	Contato	MPCs a serem acompanhados
Walter Júnior Cabral de Lima	walter.lima@mpc.es.gov.br	MPC-AC, MPC-AL e MPC-RO.
Weimer Italo Cardozo	weimer@trce.tc.br	MPC-DF, MPC-GO e MPC-SE.
Fernando Aquino Scallante	fernando.scallante@trc.pr.gov.br	MPCM-GO, MPC-MA e MPC-TO.
Jonatha n Artmann	jonatha@mpc.sc.gov.br	MPCM-PA, MPC-PB e MPCM-BA.
Samuel Rosa Fonseca Silva	samuelrf@tcu.gov.br	MPC-RR, MPC-MS e MPCM-RJ* [* MPCs que ainda não aderiram à Rede MPCContas]
Ana Paula Milanez Braga	a.pbraga@mpc.mg.gov.br	MPC-AP e MPC-AM.
Lena Márcia de Oliveira Campos	lena.campos@mpc.pa.gov.br	MPC-BA e MPC-CE.
Munillo Victor Umbelino Machado	munillomachado@rcem.gov.br	MPC-MT e MPC-RS.
João Mário de Medeiros Paixão	joao@trc.sp.gov.br	MPC-PI e MPC-RI.

Atenciosamente,
Equipe Rede MPCContas

Como alternativa, tendo em vista que alguns MPCs relataram dificuldade de acesso ao login do TCU, a auditora Bárbara Maia Lima (MPC-RN) criou um formulário pelo Google Forms: https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSeSWEiAhjpVHQxccNv3yGga_BBYoYBbJP5jRH0EtwzHTSTCCA/viewform?usp=sharing, compartilhado no grupo dos integrantes do Comitê Gestor em 16/4/2025 e com todos os agentes de integração em 22/4/2025, pelo e-mail da Rede:

Conclusão

O mapeamento da atividade de inteligência nos MPCs, iniciado em fevereiro de 2025, tem potencial para identificar áreas prioritárias, indicando onde os esforços devem ser direcionados de maneira mais imediata. A partir dos resultados obtidos, espera-se que as ações da Rede MPContas sejam alinhadas às realidades locais dos Ministérios Públicos de Contas do Brasil e que promovam uma atuação mais integrada e eficiente.

ANEXO II

ÍTEGRA DAS RESPOSTAS

4. O seu MPC exerce atividade de inteligência?

SIM	AC, DF, ES, GO, mBA, MG, mGO, MT, PA, PE, PI, PR, RO, RS, SC, SP
NÃO	AL, AM, AP, BA, CE, MA, mPA, mRJ, MS, PB, RJ, RN, SE, TCU, TO

5. Informe o motivo pelo qual seu MPC não exerce atividade de inteligência?

NÃO RESPONDEU: AC, DF, GO, MT, PI, RO, RS

AL: Há impedimento legal de abertura de procedimentos próprios no MPC-AL.

AM: Depende do Procurador-Geral a iniciativa

AP: FALTA ESTRUTURA DE PESSOAL E TÉCNICA

BA: Falta de capacidade técnica dos integrantes e falta de prioridade para essa implantação

CE: Ausência de acesso a sistemas adequados e de pessoal capacitado para atuar na área.

ES: O MPC-ES exerce atividade de inteligência.

MA: Não há estrutura e equipe capacitada, ainda não definido como estratégia de atuação

mBA: Exerce sim

MG: n

mGO: Ele exerce.

mPA: Não dispomos de contrato com o Serpro e não foi implementada ainda ações para tal.

mRJ: O TCmRio está nesse momento estruturando uma Rede Interna de Inteligência, que inclui a Procuradoria Especial.

MS: falta de estrutura (havia apenas um procurador até a entrada dos novos procuradores em 2024).

PA: O MPC-PA desenvolve basicamente buscas/pesquisas na internet de informações relacionadas aos processos das suas Procuradorias de Contas. Está faltando

aprimorar essas pesquisas e aprofundar as informações a fim de enriquecer as análises obtidas

PB: Falta de pessoal capacitado

PE: Exerce, e possui a unidade específica para tal, apesar de cada gabinete de procurador ter seu próprio quadro de assessores e atuarem, uns mais que outros, com sua assessoria exercendo atividade de inteligência.

PR: Não há motivos para não exercer a atividade de inteligência.

RJ: Insuficiência de pessoal e da expertise para estruturação de um núcleo dessa natureza.

RJ: A estrutura de pessoal insuficiente e expertise.

RN: Dificuldade em integrar processos de inteligência aos processos de trabalho já existentes, os recursos disponíveis (humanos e tecnológicos) e falta de know how para exercer esse tipo de atividade

SC: Ele exerce a atividade de inteligência - Não se aplica a pergunta.

SE: falta de servidores especializados e ferramentas; ausência de regulamentação de procedimentos investigatórios até recentemente

SP: Atualmente exercemos a atividade.

TCU: O nosso MPC não exerce atividade de inteligência porque não contamos, atualmente, com conhecimento técnico específico nem com pessoal capacitado ou com experiência adequada nessa área. Além disso, não há estrutura institucional voltada para o desenvolvimento de ações típicas de atividade de inteligência.

TO: A resposta para a pergunta é um tanto quanto complexa, já que cada PGC possui uma forma específica de trabalhar. Mas, levando em conta que as atividades relacionadas à inteligência artificial estão em voga, é um caminho que certamente será implementado.

6. As ações de inteligência são utilizadas em quais hipóteses e situações?

NÃO RESPONDEU: AL, AM, AP, BA, CE, MA, mPA, mRJ, MS, PB, RJ, RN, SE, TCU, TO

AC: Estamos ainda no início dessa caminhada, estruturamos o núcleo e começamos a coletar informações sobre experiências de outros MPCs e de como eles têm atuado na área.

DF: Análises de denúncias, levantamentos de dados e informações etc.

ES: Para produzir informações estratégicas sobre fatos relacionados ao controle externo da Administração Pública, tendo por objetivo subsidiar as autoridades na tomada de decisões.

GO: Exame de notícias de fato e de denúncias

mBA: Através de ferramentas disponibilizadas pelo próprio TCm-BA, sistematizadas em Power BI e de técnicas iniciais de OSINT, que geralmente são utilizadas para análise de processos de controle externo (buscas em diários oficiais, portais da transparência, portais do governo federal etc.).

MG: Notícias de irregularidades, representações, denúncias e demais medidas cabíveis.

mGO: Produzir e gerir informações estratégicas, análises de vínculos societários e familiares, verificação de movimentação financeira incompatível, análise de vínculo com agentes políticos e gestores públicos, monitoramento de licitações e contratos com padrões suspeitos, cruzamento com base de dados externas, utilização de fontes abertas (OSINT), verificação de servidores "fantasmas" ou duplamente vinculados a outros entes, identificação de "laranjas".

MT: Contraineligência/segurança dos membros

PA: Normalmente são utilizadas nas análises mais técnicas dos processos recebidos do TCE-PA, e na instrução de Procedimentos Informativos de responsabilidade do próprio MPC-PA.

PE: No levantamento de informações de pessoas jurídicas em contratações públicas, e em outras demandas que estejam relacionadas a processos em tramitação e opinativo.

PI: Situações que envolvam sigilo; Atividades desenvolvidas em articulação com o NUGEI - Núcleo de Gestão de Informações Estratégicas do TCE-PI.

PR: Atualmente, a atividade de inteligência está voltada para a consecução de projetos especiais temáticos e em algumas investigações de controle externo. O foco a uma ou outra atividade depende da filosofia de trabalho do PGC. Então o núcleo é flexível para atender tanto as finalidades de fiscalização (projetos especiais) quanto a diversas investigações que exige a coleta de dados e seu tratamento ou que as repercussões do caso extravasasse os limites de um município.

RO: Apuração preliminar de notícias de fato, de possíveis irregularidades detectadas quando da leitura de diários etc.

RS: Em geral para subsidiar as decisões dos Procuradores, especialmente nos casos envolvendo denúncias e investigações com parceiros externos

SC: Coleta e obtenção de informações para Análise de Processos com Indícios de Irregularidades; Atendimento a Denúncias da Sociedade; Cooperação Técnica com Outros Órgãos, entre outros.

SP: Análise de notícias de fato e apoio às Procuradorias de Contas.

7. De que forma o seu MPC exerce a atividade de inteligência?

NÃO RESPONDEU: AL, AM, AP, BA, CE, MA, mPA, mRJ, MS, PB, RJ, RN, SE, TCU, TO

AC: Centralizada (há um núcleo ou centro específico que subsidia a atuação geral)

DF: Descentralizada (é feita em gabinetes ou setores)

ES: Centralizada (Núcleo de Inteligência)

GO: Centralizada (há um núcleo ou centro específico que subsidia a atuação geral)

mBA: Descentralizada (cada Membro de forma autônoma)

MG: Centralizada (Núcleo de Inteligência)

mGO: Centralizada (Núcleo de Inteligência)

MT: Centralizada (há um núcleo ou centro específico que subsidia a atuação geral)

PA: Centralizada (Núcleo de Inteligência)

PE: Centralizada (Núcleo de Inteligência)

PI: Centralizada (há um núcleo ou centro específico que subsidia a atuação geral)

PR: Centralizada (Núcleo de Inteligência)

RO: Descentralizada (é feita em gabinetes ou setores)

RS: Descentralizada (é feita em gabinetes ou setores)

SC: Descentralizada (cada Membro de forma autônoma)

SP: Centralizada (Núcleo de Inteligência)

8. A atividade de inteligência está regulamentada no âmbito do seu MPC?

NÃO RESPONDEU	AL, AM, AP, BA, CE, MA, mPA, mRJ, MS, PB, RJ, RN, SE, TCU, TO
SIM	AC, MG, mGO, PA, PE, PR, SP
NÃO	DF, ES, GO, mBA, MT, PI, RO, RS, SC

9. Caso seja possível, anexar o(s) documento(s) referente(s) à regulamentação.

NÃO RESPONDEU	AC, MG, mGO, PA, PE, PR, SP
ENVIU	AC: https://drive.google.com/open?id=1IKcDPGIfNvNOIOL1u0O6Qo2Fmvd0RJOw

10. Qual estrutura física e quais recursos materiais seu MPC utiliza para executar a atividade de inteligência?

NÃO RESPONDEU: AL, AM, AP, BA, CE, MA, mPA, mRJ, MS, PB, RJ, RN, SE, TCU, TO

AC: Atualmente, uma sala foi disponibilizada para o setor (mas ainda é compartilhada com servidores de outras áreas), que tem um procurador e um servidor designado.

DF: Estrutura dos Gabinetes, computadores, e acesso às bases de dados do TCDF e do TCU, por meio da Rede MPContas.

ES: A atividade de inteligência é realizada utilizando notebook conectado a monitores externos, em ambiente reservado.

GO: Somente um servidor, o chefe de gabinete da PGC. Temos um computador disponível.

mBA: Apenas os equipamentos de T.I disponibilizados pelo TCm-BA ao MPC. Compartilhamos internet, rede e mesma estrutura de sistemas utilizada pelo TCm-BA.

MG: Uma sala e um computador.

mGO: Não uma estrutura física específica.

MT: Gabinete Militar do MPC

PA: O centro de Apoio Operacional - CAO, tem sala própria e servidores especificamente designados para compor a equipe. O recurso material se limita a acesso à internet para pesquisa em dados abertos, e uso do sistema de buscas no Diário Oficial do Estado do Pará, em parceria com o TCE-PA.

PE: Dispomos da sala da assessoria técnica, isolada parcialmente de outras, com um computador, com duas telas.

PI: 01 servidor lotado no MPC.

PR: Atualmente, não temos um local de trabalho específico tendo em vista as reformas do prédio em que se encontra o MPC. Após as reformas, segundo o layout do projeto, o núcleo será alocado em sala de conceito aberto, sem distinção de unidades, em estações de trabalho contendo mesa, cadeira e dockstation para conexão de notebook.

RO: São destacados dois servidores para operar a Rede MPContas, com os recursos de que dispõem os gabinetes em que desempenham suas funções ordinárias

RS: Não há recursos exclusivos para essa atividade

SC: A estrutura disponível é a mesma franqueada a qualquer servidor, composta por computadores com acesso à internet. Além disso, contamos com dispositivos externos, como HDs e pendrives, que são utilizados para a extração de informações da rede do Tribunal e para o armazenamento seguro de dados coletados.

SP: Espaço físico: utiliza-se a estrutura do MPC-SP, dentro do prédio do TCE-SP. Equipamentos de TI: 6 notebooks e 2 PCs.

11. Quantos servidores exercem a atividade de inteligência?

NÃO RESPONDEU: AL, AM, AP, BA, CE, DF, MA, mPA, mRJ, MS, PB, RJ, RN, SE, TCU, TO

1 servidor: AC, ES, GO, MG, mBA, mGO, MT, PE, PI

2 servidores: RO

3 servidores: PA

4 servidores: RS, SP

5 servidores: PR

10 servidores: SC

12. Descreva a área de formação dos servidores que exercem a atividade e qual a função desempenhada por cada uma delas.

NÃO RESPONDEU: AL, AM, AP, BA, CE, MA, mPA, mRJ, MS, PB, RJ, RN, SE, TCU, TO

AC: Área jurídica e é responsável pelo levantamento de dados nos sistemas disponíveis.

DF: Direito, Economia, Contabilidade, Administração, entre outras, os servidores têm formações diversas na função de assessoria.

ES: Servidor com formação em Direito e Eletrônica (técnico). Enquanto a formação em Direito contribui com a análise jurídica, o conhecimento em Eletrônica facilitou o desenvolvimento de habilidades em análise de dados e de soluções tecnológicas por meio de linguagem de programação.

GO: Administração de empresas, somente 1 servidor.

mBA: Os servidores lotados no MPC possuem, em sua grande maioria, formação em Direito.

MG: Direito

mGO: Na prática, uma servidora está atuando diretamente nas atividades de inteligência. Ela tem graduação em ciências contábeis, 4 pós-graduações na área de direito público e auditoria e participou dos cursos de inteligência oferecidos pelo MPContas. Em atuações pontuais e específicas a unidade conta com o apoio de mais três auditores do MPC, 2 graduados em direito e 1 graduada em ciências contábeis.

MT: Coronel Andrade

PA: Direito, Engenharia Civil e Engenharia Química

PE: Formação em Direito e em Matemática, com Pós-graduação em Contabilidade, Perícia e Auditoria. Atuação como Analista Operacional Central do CAOP (Centro de Apoio Operacional) atuando de ofício ou a pedido no levantamento de dados e informações para atuação das Procuradorias de Contas.

PI: 1 servidor formado em Contabilidade e que recebeu alguns treinamentos na área de inteligência. Atua na articulação com o NUGEI - Núcleo de Gestão de Informações Estratégicas do TCE-PI.

PR: Servidor 1 - direito - coordenador do núcleo;

Servidor 2 - direito - coletor de dados e informações;

Servidor 3 - engenharia - analista de informações;

Servidor 4 - direito - analista de informações;

Servidor 5 - tecnologia da informação - coletor de dados e informações.

RO: Direito / Comunicação / Informática - Atuam de forma complementar um ao outro, fazendo as buscas solicitadas pelos gabinetes dos demais procuradores.

RS: Direito, Contábeis e Engenharia

SC: A equipe é composta majoritariamente por servidores com formação em Direito, exceto por um integrante que possui formação em Farmácia. Independentemente da formação acadêmica, todos exercem as mesmas atribuições, que incluem a análise e coleta de dados e informações, bem como a produção de subsídios informacionais destinados a apoiar o processo decisório dos procuradores, entre outras atividades correlatas.

SP: Servidor(a) 1 - Bacharel em Engenharia e Mestre em Gestão e Políticas Públicas - Coordenação do grupo;

Servidor(a) 2 - Bacharel em Administração de Empresas, com MBA em Direito Financeiro e Orçamentário, MBA em Auditoria, Controladoria e Gestão financeira - Função: realização de levantamentos em geral;

Servidor(a) 3 - Bacharel em Direito, com especialização em auditoria governamental - Função: Análise de notícias de fato e realização de levantamentos em geral;

Servidor(a) 4 - Bacharel em Administração, com pós-graduação - Função: Análise de notícias de fato e realização de levantamentos em geral.

13. No seu MPC, a atividade de inteligência é realizada de forma isolada da atividade de análise dos processos de controle externo?

NÃO RESPONDEU	AL, AM, AP, BA, CE, MA, mPA, mRJ, MS, PB, RJ, RN, SE, TCU, TO
SIM	AC, MG, mGO, MT, PE, PR, RO
NÃO	DF, ES, GO, mBA, PA, PI, RS, SC, SP

14. O que pode ser melhorado para o exercício da atividade de inteligência no âmbito do seu MPC?

NÃO RESPONDEU: AL, AM, AP, BA, CE, MA, mPA, mRJ, MS, PB, RJ, RN, SE, TCU, TO

AC: A capacitação acerca da atuação da inteligência no âmbito dos MPCs, de como se tem atuado nos demais Tribunais, troca de experiência do que já tem sido feito, de conhecimento sobre métodos de obtenção e análises dos dados disponíveis; nomeação de servidor com formação na área de TI; planejamento e definição de assuntos prioritários para atuação do setor;

DF: Capacitação, e disponibilizar a mais acessores acesso às bases de dados

ES: Ampliar a utilização prática de bases de dados, ferramentas e metodologias de análise.

GO: Treinamento continuado.

mBA: Além da capacitação/contratação de servidores com formação específica, faz-se necessária a ampliação da estrutura de pessoal do órgão, inclusive com novos membros, já que atualmente o MPC sequer se manifesta em todos os processos de controle externo passíveis de julgamento pelo TCM-BA.

MG: Servidor de outra área e capacitação

mGO: Estruturação física delimitada, acréscimo de servidores exclusivos, ampliação de convênios para acesso a base de dados estratégicos.

MT: Para aprimorar a atividade de inteligência no MPC, é fundamental estruturar uma unidade especializada com equipe multidisciplinar, investir em capacitação contínua, estabelecer protocolos internos de tratamento de dados e promover a integração com outras bases institucionais. Além disso, é importante fortalecer a cultura do uso estratégico de dados para subsidiar decisões e promover ações baseadas em evidências.

PA: Acesso aos sistemas que realizam cruzamento de informações dos contratados/prestadores de serviços do estado. Ampliar o conhecimento em OSINT

PE: O aumento da quantidade pessoal para desenvolvimento de outras atividades de inteligência pode contribuir para a melhoria e crescimento da atividade de inteligência no MPC-PE.

PI: Melhor estrutura e mais treinamento.

PR: 1- Adaptação de técnicas advindas da inteligência de Estado de análise de dados e informações; 2- Segregação das funções de quem coleta dados e informações para aqueles que são analistas de informações, evitando o viés; 3- Elaboração de protocolos procedimentais para cada atividade de inteligência; 4- Promoção de estudos para criar uma doutrina de inteligência para o controle externo, incluindo procedimento de proposta de conhecimento etc.

RO: Conferir maior envergadura à inteligência, dotando de regulamentação e estrutura próprias, maior capacitação aos operadores e, se possível, concentrando a realização dos trabalhos para melhor fluxo das informações.

RS: Há necessidade de estrutura física e treinamento de servidores

SC: Considerando o tempo de atuação nesta área, o MPC-SC já desenvolveu de forma consistente sua atribuição relacionada à atividade de inteligência. No entanto, entendendo que o aprimoramento desse trabalho depende, principalmente, da ampliação do acesso a bases de dados de outros órgãos, o que permitiria análises mais abrangentes e assertivas.

SP: Ampliação do quadro de servidores e acesso a mais bases de dados.

15. De 0 a 10, como você classifica a execução da atividade de inteligência no seu órgão?

NÃO RESPONDEU: AL, AM, AP, BA, CE, MA, mPA, mRJ, MS, PB, RJ, RN, SE, TCU, TO

Nota 1: mBA

Nota 3: GO

Nota 4: DF

Nota 5: AC, DF, PA

Nota 7: mGO, PE, PI, PR, RO, RS

Nota 8: MG, SP

Nota 9: MT

Nota 10: ES, SC

16. Justifique a nota atribuída.

NÃO RESPONDEU: AL, AM, AP, BA, CE, MA, mPA, mRJ, MS, PB, RJ, RN, SE, TCU, TO

AC: Considerando que o nosso setor de inteligência é recente e está começando a se estruturar fisicamente (regulamentação normativa, sala e equipe próprias), ainda temos muito a desenvolver para que possamos iniciar nossa atuação efetiva, embora já tenhamos iniciado trabalhos da análise de dados de contratações pública, por exemplo.

DF: Atividade incipiente e não especializada.

ES: Considerando os recursos limitados de que dispomos, conseguimos produzir informações estratégicas de alto valor, as quais foram utilizadas em ações de controle relevantes.

GO: Temos pouca prática. Quase não temos demanda. As ferramentas são utilizadas apenas esporadicamente e por isso não temos essas habilidades muito desenvolvidas.

mBA: Conforme já informado, a atividade de inteligência ainda é muito pouco explorada no âmbito do MPC com atuação junto ao TCM-BA, limitando-se à busca de dados e informações públicos, em sítios oficiais, para a tomada de decisões no âmbito dos processos de controle externo.

MG: Existe espaço para investimentos e melhorias.

mGO: É necessário fortalecer o núcleo de inteligência por meio da designação de servidores com dedicação exclusiva, ampliação de convênios e acessos a bases de dados estratégicas, oferta de treinamentos contínuos, delimitação adequada da estrutura física, implantação de sistemas de alertas e inteligência preditiva baseados em indicadores de risco, bem como incentivo à realização de denúncias qualificadas, incluindo a criação de um canal reservado para servidores e cidadãos.

MT: Excelente serviço prestado

PA: Muitas pesquisas realizadas consomem muito tempo devido não termos os acessos aos sistemas de cruzamento de informações (ex. fornecedores impedidos de contratar).

PE: A nota se deve em razão da pouca experiência na atuação, e necessária evolução e constante e aprimoramento de diversas técnicas que podem e ainda precisam ser apreendidas para o desenvolvimento e aprimoramento do setor de inteligência.

PI: A atividade ainda é incipiente, pontual e embrionária.

PR: A atividade de inteligência está sendo executada de acordo com o atual conhecimento que estamos adquirindo. Não é uma atuação de excelência ou próximo do ideal que desejamos, mas está suprimindo de certa forma os anseios da instituição, sem

descurar da ideia de que devemos avançar na adaptação e melhorias das técnicas existentes.

RO: Produz bastante coisa, mas ainda há muito espaço para melhorar.

RS: Até o momento, por diversos fatores, não foi possível dotar a instituição de recursos humanos e materiais que propiciem melhor executar tais atividades de forma estruturada.

SC: O Ministério Público de Contas de Santa Catarina (MPC-SC) desenvolveu importantes ações no âmbito da atividade de inteligência, as quais, em parceria com outros órgãos de persecução penal e de controle, resultaram em avanços significativos para a sociedade. Entre os principais resultados alcançados, destacam-se a prisão de investigados e o desmantelamento de práticas ilícitas, contribuindo diretamente para a proteção do erário e o fortalecimento da integridade na administração pública.

SP: Nota baseada em retorno que nos tem sido passado pelos que tiveram contato com nosso trabalho.

17. Quais são as principais dificuldades que o seu MPC enfrenta atualmente na gestão de informações estratégicas e como a Rede MPContas poderia auxiliar na solução desses desafios?

AC: É muito importante para nós que informações a respeito de quais rotinas são adotadas para resguardo do sigilo dos dados, bem como de como eles são utilizados na atuação e missão institucionais dos MPCs, para além da instrução processual.

AL: Há atualmente impedimento normativo para abertura de procedimentos próprios.

AM: Uma maior troca de informações, criação de um ponto virtual de encontro e ancoragem de peças e artigos

AP: Na verdade, o apoio da Rede MPC é suficiente. As condicionantes dependem de situações afetas ao Tribunal de Contas.

BA: Colocar essa gestão como prioridade dentro das atribuições do dia a dia

CE: Ausência de ferramentas tecnológicas avançadas e profissionais qualificados.

DF: Normatização, acesso a banco de dados e ferramentas de pesquisa.

ES: Considerando que ainda não foram adotados protocolos específicos para gestão de informações estratégicas, a Rede MPContas poderia contribuir por meio do oferecimento de capacitação nesse sentido, bem como mediante compartilhamento da experiência entre os partícipes da Rede.

GO: Pouca demanda interna pelos serviços, não por falta de necessidade, mas por falta de conhecimento das possibilidades de uso por parte dos Procuradores.

MA: Acesso a bancos de dados e ferramentas de análise. Capacitação de servidores em doutrina e atividades de inteligência.

mBA: As principais dificuldades são:

- Déficit substancial de pessoal, impossibilitando a criação de um núcleo especializado em inteligência;
- Ausência de servidores com formação específica em áreas como ciência de dados, análise de sistemas e inteligência;
- Limitação de recursos tecnológicos próprios, havendo compartilhamento da infraestrutura do TCM-BA, que também não tem de investimento em atividades de inteligência;
- Inexistência de processos internos ou protocolos para a produção de conhecimento estratégico;

A Rede MPContas poderia auxiliar, inicialmente, através da disponibilização/indicação de ferramentas de inteligência e análise de dados, inclusive relacionadas à gestão interna dos MPCs, além de promover a capacitação para os servidores, potencializando a força de trabalho atual.

MG: Acesso a informações. Disponibilização de sistemas com perfis amplos de acesso aos membros da Rede.

mGO: Ampliação dos convênios e dos acessos às bases de dados estratégicas disponibilizadas por todos os convênios dos quais o TCU participa.

mPA: Não temos contrato com o Serpro para acesso às bases de dados, inclusive isso prejudicou um pouco quando fizemos a capacitação.

mRJ: Sem apontamentos específicos em razão de tratar-se de atividade em fase incipiente.

MS: Falta de estrutura administrativa.

MT: Ausência de autonomia orçamentária e financeira

PA: A principal dificuldade é a falta de sistemas que permitam o cruzamento de informações, principalmente àquelas relacionadas às possíveis sociedades entre empresas que assinam contratos de grandes valores com o estado. A Rede MPContas, quando permite a troca de experiência com outras unidades, pode auxiliar no compartilhamento de melhores soluções para busca de dados, tratamento e análise dos mesmos.

PB: Não possuímos pessoal capacitado e necessitamos de treinamento.

PE: A quantidade de pessoal é uma dificuldade, mas no tocante a gestão de informações, a reunião de outras bases de dados pode significar a ampliação do leque de informações que podem ser levantadas para melhor subsidiar a atuação das Procuradorias, como as bases de cartórios e de informações patrimoniais/financeiras.

PI: Ausência de uma área estruturada sobre o tema e pouca capacitação.

PR: Provavelmente, a principal dificuldade é conhecer as técnicas existentes de análise de dados e informações e a produção do respectivo relatório. Além disso, vê-se a necessidade de maior conscientização dos procuradores quanto a importância da atividade e sua sensibilidade.

A Rede MPContas pode auxiliar na promoção de cursos e eventos abertos e fechados sobre técnicas de inteligência de Estado e policial para que possamos estudar e adequá-los ao controle externo. Tais eventos podem ser no modo à distância dada a necessidade de uniformizar os conhecimentos para todo o país e tendo em vista a extensão territorial, tal formato será a melhor solução.

Para esta adequação, interessante a criação de grupos de estudos nesse sentido, inclusive incentivando a produção científica que possa ser disponibilizada em ambiente fechado para os integrantes das atividades de inteligência.

É interessante que os cursos envolvam também os procuradores de contas e, caso não seja possível, que sejam promovidos cursos ou eventos específicos para os procuradores.

RJ: Insuficiência de pessoal qualificado para desenvolvimento de atividades desta natureza.

A Rede de MPContas poderia auxiliar por meio de oferecimento de cursos de capacitação e apoio das atividades de inteligência desenvolvida por este MPC, com troca de experiências.

RJ: Insuficiência de pessoal qualificado para o desenvolvimento de atividades desta natureza; a Rede MPContas poderia auxiliar por meio de cursos e apoio ao desenvolvimento das atividades de inteligência com maior interatividade para troca de experiências entre os MPCs.

RN: Creio que falta um pouco de know-how e disseminação dessas informações (inclusive do que é inteligência e de como aplicá-la aos processos de trabalho) no MPC como um todo. Também temos dificuldade de acessar os recursos da rede - o acesso é um pouco comprometido e, assim, as ferramentas que temos à disposição não estão disponíveis para tentar dar início a esse tipo de atividade ou propor alguma atividade de inteligência

RO: Acesso às bases de dados de múltiplas fontes, para ampliação da abrangência das consultas.

RS: Carência de recursos humanos e materiais para estruturar área específica.

SC: Atualmente, uma das principais dificuldades enfrentadas pelo MPC-SC na gestão de informações estratégicas está relacionada à perda de autonomia administrativa, o que impacta diretamente na estruturação de equipes, na aquisição de recursos tecnológicos e na definição de prioridades próprias. Embora essa questão seja de natureza interna e não possa ser solucionada diretamente pela Rede MPContas, acreditamos que a Rede pode exercer um papel relevante em outra frente igualmente estratégica: a articulação institucional.

A criação de um centro de negociação de acessos a bases de dados, sob a coordenação da Rede MPContas, nos moldes do que já realizam órgãos como o CNMP, o CNJ e a Rede Infocontas, poderia beneficiar todos os MPCs do país. Tal iniciativa promoveria a democratização do acesso a informações essenciais, fortalecendo a atuação investigativa e o apoio à tomada de decisão dos procuradores, mesmo nos contextos em que haja limitações administrativas ou operacionais

SE: conhecimento especializado e ferramentas

SP: Dificuldade de acesso a informações externas relevantes. Acesso a poucas APIs para desenvolvimento de sistemas próprios.

Rede MPContas pode auxiliar firmando acordo, por exemplo, com Ministério da Justiça, para obtenção do Córtex.

TCU: Atualmente, as principais dificuldades enfrentadas pelo nosso MPC na gestão de informações estratégicas referem-se à ausência de conhecimento técnico adequado e à limitação de pessoal, especialmente em termos de quantidade. A Rede MPContas poderia auxiliar oferecendo capacitações técnicas específicas e compartilhando boas práticas. Além disso, seria interessante que a Rede realizasse um estudo para definir a estrutura mínima necessária ao início dessa atividade, contemplando infraestrutura tecnológica básica, softwares essenciais, quantitativo mínimo de pessoal e a respectiva qualificação técnica necessária.

TO: O nosso quadro de servidores é muito pequeno, e levando em conta as várias atribuições da chefia de gabinete, penso que a rede MPContas poderá ser mais eficiente se ela se reunisse mensalmente para alinhar as principais pautas.

18. Quais são as principais áreas de atuação finalística do seu MPC que poderiam se beneficiar do apoio da Rede MPContas?

AC: Acredito que o auxílio da Rede é importante para todas as áreas de atuação, principalmente a Inteligência que está se estruturando atualmente.

AL: Há impedimento normativo para abertura de procedimentos próprios.

AM: No nosso caso às coordenadorias temáticas

AP: Qualificação de pessoal, o que já tem sido feito.

BA: Investigação e parecer opinativo

CE: Análise de licitações, recursos da saúde, educação e previdenciários.

DF: Assessoria aos procuradores.

ES: Prospecção de irregularidades com o objetivo de subsidiar ações de controle, a exemplo da oferta de Representação perante o Tribunal de Contas, bem como o aprofundamento de indícios de irregularidades submetidos ao MPC em processos de controle externo já instaurados.

GO: Recebimento de notícias de fato, elaboração de representações e exames de contratações públicas.

MA: Prevenção e detecção de fraudes e desvio de recursos. Compartilhamento de informações com parceiros da Rede de Controle da Gestão Pública. Tomada de decisão quantos às áreas ou objetos de atuação.

mBA: - Análise de regularidade de processos licitatórios complexos, especialmente concessões e PPPs;

- Acompanhamento da execução de contratos de obras públicas municipais de grande vulto;

- Identificação preventiva de indícios de superfaturamento e direcionamento em contratações públicas;

MG: Fiscalização das despesas públicas, nepotismo, acumulação indevida de cargos.

mGO: Atuações na educação, saúde, gestão ambiental e resíduos sólidos, previdência pública, fiscalização e controle das contratações públicas e obras.

mPA: O MPCM atua fazendo os pareceres dos jurisdicionados (144 municípios), logo a atividade de inteligência seria essencial para identificar possíveis fraudes e/ou ilegalidades.

mRJ: Sem apontamentos específicos em razão de tratar-se de atividade em fase incipiente.

MS: Na área do controle externo efetivo, especialmente na apresentação de denúncias/representações.

MT: As principais áreas finalísticas que podem se beneficiar do apoio da Rede MP-Contas são: fiscalização de contratações públicas, controle de políticas públicas, combate à corrupção, responsabilização de gestores e atuação preventiva com foco em inteligência e auditoria operacional.

PA: Processos de prestação de contas e processos informativos (que cobram dos jurisdicionados informações sobre assuntos relacionados à má utilização dos recursos públicos)

PB: Elaboração de pareceres e representações

PE: Todas as procuradorias são beneficiadas, pois podem recorrer ao CAOP sempre que necessitam de informações não disponíveis nas bases de dados ou sistemas existentes no TCE-PE.

PI: Análise de processos. Investigação.

PR: A Rede MPContas já faz um trabalho fantástico ao congregar todos os MPCs, sendo um passo muito importante para uniformizar as práticas, técnicas e mecanismos de atividades de inteligência. Além disso, por meio da Rede MPContas, foi possível acesso a bases de dados essenciais para a atividade de inteligência, que no caso do MPCPR muito está sendo utilizado em atividades investigativas.

RJ: Tanto para analisar dados constantes de representações oferecidas por terceiros, quanto para colheita de dados para as representações do MPC em sede de procedimento preliminar de apuração

RJ: Tanto para analisar dados constantes de Representações oferecidas por terceiros, quanto para colheita de dados para as Representações do MPC em sede de Procedimento eliminar de apuração.

RN: Lrf e despesa com pessoal

RO: Combate à corrupção, irregularidades em licitações e contratos, em despesas com pessoal, entre outros.

RS: Na atuação de rotina e para o desenvolvimento de ações propositivas quanto a questões afetas ao controle externo, tanto junto ao Tribunal de Contas quanto em atuações conjuntas com instituições externas.

SC: 1. Atividade de inteligência e análise de dados; 2. Controle de políticas públicas; 3. Atuação preventiva e indutiva; 4. Acompanhamento de contratações públicas

SE: fraudes em licitação e execução contratual; irregularidades em pagamentos de pessoal

SP: Análise de notícias de fato.

TCU: Considerando as principais atividades finalísticas realizadas pelo MPTCU, as áreas que poderiam se beneficiar diretamente do apoio da Rede MPContas são: Representações; Tomada de Contas Especial; Apreciação de Atos de Pessoal.

TO: A nossa atuação finalística é voltada exclusivamente para os 139 municípios tocantinenses, e como o nosso quadro de pessoal é muito pequeno, já que somos ape-

nas 4 (quatro) Procuradores de Contas, onde cada um tem 3 (três) assessores. Nossa produção em média anual é de aproximadamente 4 mil manifestações. A Rede MP-Contas poderia interligar a atuação dos demais MPCs para poder buscar melhorias internas.

19. De que forma a Rede MPContas pode auxiliar na fiscalização e controle dos recursos públicos pelo seu MPC?

AC: Compartilhando informações de práticas e modelos de atuação que tem dado resultado na fiscalização e controle dos recursos públicos, principalmente de atividades que facilitem o controle concomitante impedindo condutas danosas ao erário.

AL: A atuação do MPC está restrita no momento a atuações de processos do TCE-AL.

AM: Estudos, pareceres, artigos e jurisprudências aplicáveis

AP: Auxílio na formação de pessoal

BA: Auxiliando na otimização dos pareceres e melhorando as técnicas de investigação

CE: Acredito que os sistemas disponibilizados pela rede de Contas auxiliem na pesquisa de dados necessários para as fiscalizações realizadas por este MPC.

DF: Intercâmbio de informações padronizadas e capacitação da equipe.

ES: Por meio do oferecimento de capacitação e da viabilização de compartilhamento de experiência entre os MPCs.

GO: Mantendo as capacitações constantes e mantendo linha de comunicação aberta para troca de experiências.

MA: Viabilizando acesso a bancos de dados e a ferramentas de análise. Capacitação de servidores em doutrina e atividades de inteligência.

mBA: Compartilhamento de exemplos de atividades de inteligência eficazes que podem ser implementadas com recursos tecnológicos limitados;

– Viabilização de acesso compartilhado a bases de dados nacionais mediante convênios institucionais;

– Disponibilização de modelos automatizados de análise para detectar padrões indicativos de irregularidades em licitações e contratos;

MG: Disponibilizar o sistema SINARC na rede online;

Selecionar um ou dois projetos desenvolvidos na área de inteligência pelos MPCs e operacionalizar para implementação de outros MPCs;

mGO: Na fiscalização e controle dos recursos públicos por meio da troca contínua de experiências, compartilhamento de metodologias, disponibilização de ferramentas

e sistemas informatizados, acesso integrado a bases de dados estratégicas, além da promoção de capacitações conjuntas para o aperfeiçoamento técnico e institucional.

mPA: Sessão dos acessos às bases de dados e nova capacitação.

mRJ: Com o compartilhamento de dados e de conhecimento técnico.

MS: Compartilhamento de informações, especialmente envolvendo empresas e agentes que atuam em diversos Estados da federação.

MT: A Rede MPContas pode auxiliar promovendo o intercâmbio de informações, compartilhamento de boas práticas, desenvolvimento de ferramentas de inteligência e atuação coordenada em temas relevantes, potencializando a fiscalização e o controle dos recursos públicos.

PA: Disponibilizando acesso à base de dados de CNPJ's do país, que estão presentes em todas as unidades da federação, permitindo correlação aos programas dos governos federal e estadual, possibilidade de treinamentos

PB: Disponibilizando ferramentas e capacitação

PE: A Rede MPContas ao compartilhar as experiências de atuação e projetos aplicados em outros MPCs, além do acesso ao LabContas e eventuais outras pode continuar a contribuir na fiscalização pelo MPC-PE.

PI: Subsidiar com informações, troca de experiências e capacitação.

PR: 1- A Rede MPContas pode auxiliar na fiscalização ao monopolizar as atuações do CNPGC em temas específicos e que necessitem da atividade de inteligência. Importante destacar que nem toda atuação temática do CNPGC necessita da intervenção da atividade de inteligência, de modo que esta reflexão (ser ou não ser atividade de inteligência) possa ser executada pela Rede MPContas.

2- A Rede MPContas pode organizar uma espécie de informativo acerca da atividade de inteligência de outros MPCs ou órgãos de controle, que possam ser replicados em outros MPCs.

3- Outro ponto importante que a Rede MPContas pode liderar é a criação de grupos restritos apenas de servidores de atividade de inteligência de compartilhamento de informações. Ressalte-se que há um grupo de WhatsApp que congrega servidores de outros órgãos e procuradores, o que pode inibir algum compartilhamento de informações.

RJ: Por meio de capacitação de pessoal e apoio no planejamento e execução das atividades de inteligência desenvolvidas por este MPC, bem como compartilhamento de dados e sistemas.

RN: Com a disponibilização de ferramentas, dados, e treinamentos - de modo geral, também é importante fortalecer essa cultura da inteligência para que se torne uma rotina de trabalho

RO: Possibilitando o acesso a informações que permitam melhor delinear as situações objeto de investigação, tanto para aprofundar aquelas em que haja fundamento, quanto para descartar as sem base, e, ainda, para adoção de uma abordagem com uma visão macro.

RS: A qualificação de pessoas e disponibilização/compartilhamento de informações pode contribuir positivamente.

SC: A Rede MPContas pode desempenhar um papel estratégico no fortalecimento da fiscalização e do controle dos recursos públicos pelos Ministérios Públicos de Contas, inclusive pelo MPC-SC, por meio das seguintes ações: 1. Integração de informações e bases de dados; 2. Capacitação e produção de conhecimento; 3. Ações coordenadas e compartilhamento de boas práticas; 4. Fortalecimento institucional

SE: troca de experiências; boas práticas

SP: Liberando mais acessos ao LabContas para nossos servidores.

TCU: A Rede MPContas pode auxiliar nosso MPC por meio de: compartilhamento de boas práticas e metodologias; Disponibilização de estudos e informações estratégicas sobre áreas críticas; promoção da integração e cooperação entre os MPCs, permitindo ações coordenadas e mais efetivas.

TO: Todas as manifestações do MPC - TO, é feito via sistema E-contas, que possui o módulo público, então tanto o auxílio quanto a fiscalização poderá ser feita por esse portal.

20. Em relação ao diagnóstico realizado em 2021, quais foram as principais mudanças implementadas na atividade de inteligência do seu MPC?

AC: Acredito que não participamos desse diagnóstico de 2021.

AL: Não houve mudanças.

AM: Não sei responder, o pgc pode saber

AP: Nenhuma mudança significativa, somente o aprendizado e alguns pesquisas.

BA: Colocamos a IA como prioridade para o bienio 2025/2028

CE: Não houve mudanças.

DF: Desconheço o diagnóstico realizado em 2021.

ES: Conquanto o MPC-ES não tenha participado do diagnóstico realizado em 2021, é possível avaliar que a principal mudança ocorrida consistiu no reconhecimento da importância da atividade de inteligência para o exercício do controle externo, especialmente a partir da adesão à Rede MPContas, e da troca de experiência proporcionada pela participação em eventos promovidos pelo CNPG e por outros MPCs.

GO: Temos um computador dedicado às atividades de inteligência (notebook).

MA: Não houve.

mBA: O MPC com atuação junto ao TCM-BA, salvo melhor juízo, não participou ou adotou medidas vinculadas à atividade de inteligência após o diagnóstico de 2021.

MG: Implementação e funcionamento do Gabinete de Inteligência.

mGO: A proposta inicial de disponibilizar um servidor de cada gabinete para integrar o núcleo do centro de inteligência não se concretizou conforme planejado, uma vez que a rotina diária de processos acabou dificultando sua efetiva implantação.

mPA: Não progredimos.

mRJ: Sem alterações significativas.

MS: Ingresso de novos procuradores, tratativas para a realização de concurso público para cargo de apoio e algumas melhorias na estrutura administrativa e relações com o Tribunal

MT: Fomento a atuação preventiva com foco em inteligência.

PA: O MPC-PA procurou aumentar/diversificar os temas dos treinamentos oferecidos como forma de ampliar os assuntos abordados.

PB: Nenhuma

PE: A implantação da unidade de inteligência, denominada CAOP, formalizada por meio de Resolução e publicada no Diário Oficial, também com a designação de servidor dedicado à atividade, chamado analista operacional, investido em sala específica e separada das demais, com acesso a um computador. Também foram firmados convênios específicos entre o MPC-PE e outros órgãos para acessos a sistemas estratégicos, como o DETRAN/PE e a JUCEPE. Foram realizados cursos específicos na área de inteligência, e o convênio à Rede MPContas, permitindo o acesso ao LabContas.

PI: Nenhuma mudança

PR: Após o diagnóstico de 2021, a atividade de inteligência foi incluída regimentalmente no MPC, de modo que garantiu a sua institucionalização, perpassando o mandato de um procurador para outro, sem que sofra restrições ou extinções da unidade. É significativa esta evolução pois constatou-se a importância de um núcleo de inteligência para o MPC, sendo abraçada esta iniciativa entre todos os procuradores.

Além disso, o diagnóstico despertou a necessidade da atividade de inteligência no dia a dia do MPC, incentivando o estudo e a reflexão para a criação e implementação de técnicas apropriadas para a realidade do controle externo.

RJ: Não se aplica.

RN: Não lembramos/não sabemos se foi respondido o diagnóstico em 2021, de modo que não saberia precisar se houveram mudanças ou quais foram elas

RO: Salvo engano, o MPC-RO ainda não integrava a rede à época.

RS: Foi aberto expediente para concentrar as informações sobre a estruturação, inclusive normativa e o tema foi tratado em reunião de Procuradores, contudo, sucessivas ocorrências (ataque hacker, mudança temporária de prédio em função de obras, e a enchente que atingiu o prédio-sede) dificultaram o avanço da iniciativa.

SC: Desde o diagnóstico realizado em 2021, a atividade de inteligência no âmbito do MPC-SC sofreu alterações significativas, em grande parte decorrentes da perda da autonomia administrativa do órgão. Essa mudança comprometeu a capacidade de gestão direta sobre recursos humanos, tecnológicos e operacionais, o que impactou negativamente a continuidade e o desenvolvimento de ações estratégicas. Como reflexo desse novo cenário, houve a extinção do Núcleo de Inteligência, que até então era responsável por coordenar de forma estruturada a coleta, análise e produção de informações qualificadas para subsidiar a atuação dos procuradores. Com a reestruturação institucional promovida nesse período, as funções anteriormente atribuídas ao núcleo deixaram de ter uma alocação específica, passando a ser exercidas de forma descentralizada e com menor grau de especialização.

SE: regulamentação de procedimentos preparatórios

SP: Aumento do quadro funcional.

TCU: Não participamos do diagnóstico de 2021, mas destacamos que a criação do Gabinete de Apoio Executivo, em 02/01/2021, foi uma das principais mudanças implementadas no MPTCU desde então.

TO: Em 2021, quem exercia o cargo de Procurador - Geral de Contas era outro Procurador, então, para responder essa pergunta, seria ideal disponibilizar o diagnóstico feito em 2021.

21. O seu MPC possui metodologia, procedimentos ou protocolos para produção de informações de inteligência e de medidas de contrainteligência?

SIM	MG, SC, SP
NÃO	AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MA, mBA, mGO, mPA, mRJ, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RS, SE, TCU, TO

22. Quais metodologias, procedimentos ou protocolos são utilizadas?

NÃO RESPONDEU: ES, mBA, mGO, PA, PE, PR, TCU

NÃO SE APLICA: AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, GO, MA, mPA, mRJ, MS, MT, PB, PI, RJ, RN, RO, RS, SE, TO

MG: As informações de inteligência são produzidas conforme procedimentos estabelecidos pela chefia.

SC: As metodologias utilizadas na atividade de inteligência do MPC-SC são essencialmente empíricas e baseadas na experiência prática acumulada pelos servidores. Os procedimentos envolvem, de forma geral, a coleta e o cruzamento de dados obtidos por meio de fontes abertas e bases públicas, com o objetivo de identificar indícios de irregularidades ou subsidiar a atuação dos procuradores. O trabalho é desenvolvido de forma integrada com a análise de processos em trâmite no Tribunal de Contas do Estado, a partir de parâmetros previamente definidos de relevância e risco. Embora o órgão não disponha atualmente de um protocolo formalizado ou normatizado para a atividade de inteligência, em razão da extinção do núcleo especializado e da reestruturação administrativa recente, as práticas adotadas seguem princípios como sigilo, rastreabilidade, utilidade e foco na produção de informações estratégicas para a tomada de decisão.

SP: Temos manual de procedimentos para levantamento de dados em sistemas restritos.

23. O MPC utiliza sistema próprio para atividade de inteligência?

SIM	ES
NÃO	AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, GO, MA, mBA, MG, mGO, mPA, mRJ, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RS, SC, SE, SP, TCU, TO

24. Se sim, descrevê-lo, bem como informar se existe a possibilidade de disponibilizá-lo para outros MPCs.

NÃO RESPONDEU: mBA, MG, mGO, PA, PE, PR, SC, SP, TCU

NÃO SE APLICA: AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, GO, MA, mPA, mRJ, MS, MT, PB, PI, RJ, RN, RO, RS, SE, TO

ES: 1) SINARC - Sistema Integrado de Análise de Redes Complexas, ferramenta de OSINT desenvolvida segundo os princípios da Ciência Aberta e disponível em repositório no Github (<https://github.com/controlecidadao/sinarc>); 2) SAMANTHA INTERFACE ASSISTANT - Interface desenvolvida sob os mesmos princípios da Ciência Aberta, utilizada para teste de modelos de inteligência artificial de código aberto e realização de análise de dados estruturados localmente no computador, sem compartilhamento de informações via internet, o que se mostra útil para atividades de inteligência (https://github.com/controlecidadao/samantha_ia)

25. Quais bases de dados, sistemas e demais repositórios de informações são utilizados para coleta de informações por seu MPC?

AC: Sistemas próprios do TCE-AC, como o de licitações e contratos. Também temos acesso ao LABContas, mas sem experiência do seu manuseio.

AL: Base de dados do próprio TCE-AL.

AM: Não utiliza nenhum

AP: Plataformas livres. Poucas vezes utilizamos as redes de acesso disponibilizadas.

BA: Os sistemas utilizados pelo TCE-BA

CE: O MPC utiliza sistemas disponibilizados pelo TCE-CE, como o Sistema de Informações Municipais (SIM).

DF: Base de dados públicas, do TCDF e do TCU

ES: CidadES (TCE-ES), LabContas (TCU), Áduna (MP-MG), Junta Comercial do ES, SINARC.

GO: Apenas o que é disponibilizado pela rede e ferramentas disponíveis na internet e pelo próprio TCE.

MA: Não se aplica

mBA: O MPC junto ao TCm-BA utiliza os seguintes repositórios e bases de dados para coleta de informações:

- SIGA (Sistema Integrado de Gestão e Auditoria) do TCm-BA, que concentra dados orçamentários, financeiros e fiscais dos municípios baianos;
- Painéis analíticos em Power BI disponibilizados pelo TCm-BA sobre gastos municipais, folha de pagamento e licitações;
- Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
- Portal da Transparência do Governo Federal e portais de transparência municipais;
- Diários Oficiais dos Municípios disponíveis na internet;

MG: RedeMPContas, INFOSEG, Áduna, Junta Comercial do Estado de MG, sistemas internos do TCE-MG, fontes abertas.

mGO: O LabContas, a Junta Comercial, o Projud e o acesso às bases de dados conveniadas ao TCm-GO além de parcerias para troca de informações com o Ministério Público, delegados de polícia, Secretaria de Economia, conselhos de classe.

mPA: Não se aplica

mRJ: Bases, sistemas e repositórios da Prefeitura do Rio, do TCm-Rio e LabContas.

MS: somente dados abertos e convênio com o MPMS

MT: Gabinete Militar do TCE MT

PA: TCE-PA, Diário Oficial do Estado

PB: Infelizmente nenhuma

PE: TOME CONTA (Sistema do TCE-PE), INFOTRAN (Sistema do DETRAN-PE), IGED (Sistema da Junta Comercial de Pernambuco - JUCEPE), LABCONTAS (Sistema do TCU), e diversas fontes abertas.

PI: As bases de dados, sistemas e demais repositórios utilizados pelo TCE-PI.

PR: 1- LabContas/TCU;

2- Áduna/MPMG;

3- S3i/MPPR (utiliza base de dados exclusiva do TCE-PR);

4- Portal de Informações para Fiscalização do TCE-PR (possui diversos BIs relativos aos municípios do PR);

5- Fontes abertas.

RJ: Os sistemas próprios do TCE-RJ.

RN: Dados públicos e dados disponibilizados no sistema do nosso TCE

RO: Infoseg.

RS: Principalmente bases de dados disponibilizadas pelo TCE (SIAPC, Licitacon, SIA-PE, por exemplo), as quais são parcialmente integradas por informações da RF e de jurisdicionados. Também bases da Fazenda Estadual (parte) e Sistema RHE que envolve informações de servidores do Estado.

SC: Infoseg, Aduna, ARISP, PMF/IPTU, JUCESC, SIGEF, CENSEC, DETRAN/SC, SEI - ANAC, SICOP, CELESC, S@T, JUSTIÇA ELEITORAL, GEMOS - SES/SC, LABCONTAS.

SE: SAGRES, e-tce.

SP: Censec, Signo, CRC-JUD, Áduna, Plutão, Áquila, Ares, ibec, ContabilizaSP, SisM-PIntegrado, Registradores, LabContas TCU, Detran-SP.

TCU: Eventualmente utilizamos o DGI Consultas e temos a disposição o ambiente Lab Contas.

TO: Não existe base de dados.

26. O seu MPC utiliza ferramentas ou soluções baseadas em Inteligência Artificial (IA)?

SIM	AL, CE, ES, GO, mGO, mRJ, RN, RO, SC, SE, SP, TCU
NÃO	AC, AM, AP, BA, DF, MA, MG, mBA, mPA, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RO, RS, TO

27. Se sim, especifique quais ferramentas ou soluções são utilizadas e para quais finalidades.

NÃO RESPONDEU: Mba, MG, PA, PE, PR

NÃO SE APLICA: AC, AM, AP, BA, CE, DF, MA, mPA, MS, MT, PB, PI, RJ, RS, SE, TO

AL: Mas por iniciativas das próprias Procuradorias, não há sistema do próprio MPC.

ES: SAMANTHA INTERFACE ASSISTANT - Para análise de dados estruturados. O sistema gera e executa códigos em Python a partir de instruções fornecidas em linguagem natural. Para OSINT, são utilizados os seguintes sistemas de IA: CLAUDE, CHATGPT, COPILOT, GEMINI, GOOGLE AI STUDIO, DEEPSEEK, QWEN, GROK, LE CHAT, COHERE, REKA, PERPLEXITY AI, NOTEBOOKLM, CHATBOT ARENA, HUGGING FACE SPACES, META AI, OPEN ROUTER e LAMMA CODER.

GO: Iago, disponibilizado pelo TCE com base no ChatGPT

mGO: ChatGPT, dentre outras IAs, além do ChatDoc do TCm-GO.

mRJ: Não há sistematização no uso, cada servidor/Procurador utiliza seguindo um padrão específico.

RN: ChatGPT - auxílio na preparação de pareceres e atividades organizacionais; NotebookLM - leituras e estudos; Gemini - análogo ao chatgpt; SheetGPT - integrar IA com algumas análises de dados realizadas no Google Sheets.

RO: ContIA, entre outros, para sugestão de possíveis rotinas/caminhos de busca, aprimoramento textual etc.

SC: Sim, o MPC-SC faz uso de ferramentas e soluções tecnológicas para apoiar suas atividades de inteligência e fiscalização, embora de forma ainda empírica e não institucionalizada. Entre os recursos utilizados estão as inteligências artificiais tradicionais disponíveis publicamente, como GPT, Gemini e DeepSeek, que auxiliam na redação, revisão de textos, apoio à análise de dados e na elaboração de hipóteses investigativas preliminares.

Além dessas, também são empregadas ferramentas desenvolvidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, com destaque para o Vigia, solução que permite o monitoramento automatizado de licitações, contratos e outros atos administrativos publicados nos diários oficiais.

SP: Ania - Assistente de IA do TCE-SP

Finalidade - Consulta a jurisprudência; pesquisa em bancos de dados de ensino/saúde; apoio na revisão/síntese de minutas

TCU: Utilizamos o ChatTCU, o CopilotTCU e o Copilot Microsoft, soluções que empregam inteligência artificial para auxiliar na análise e síntese de informações provenientes de diversos documentos, na redação e otimização de textos, bem como no refinamento de análises de riscos ou produtos de diagnóstico.

28. Como o seu MPC atua na integração de sistemas de Inteligência Artificial (IA) com os bancos de dados existentes?

NÃO RESPONDEU: mBA, MG, PA, PE, PR, SC, TCU

NÃO SE APLICA: AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, GO, MA, mPA, mRJ, MS, MT, PB, PI, RJ, RN, RO, RS, SE, TO

ES: Considerando os bancos de dados criados pelo MPC-ES, de duas formas: 1) Criando e executando códigos usando SAMANTHA INTERFACE ASSISTANT com modelos open source, de capacidade limitada; e 2) Criando códigos, mediante instruções anonimizadas, usando sistemas de IA proprietários e executando-os de forma reservada no ambiente SAMANTHA.

GO: Não há integração

mGO: O MPC tem buscado integrar ferramentas de Inteligência Artificial (IA), como o ChatGPT e outras plataformas, para auxiliar na análise de grandes volumes de dados e na elaboração de minutas, diagnósticos e relatórios. Além disso, utiliza o ChatDoc do TCm-GO, que permite o acesso e interpretação ágil de documentos públicos, facilitando a extração de informações relevantes a partir dos bancos de dados já existentes.

RN: Não atua na integração em si, apenas utilizamos os dados - alguns deles - para esse tipo de análise

RO: Ainda não o fazemos.

SC: Atualmente, o Ministério Público de Contas de Santa Catarina (MPC-SC) não atua de forma integrada entre sistemas de Inteligência Artificial (IA) e os bancos de dados existentes. O uso de IA ainda ocorre de maneira pontual e empírica, sem haver uma estrutura institucionalizada ou interoperabilidade formal com as bases de dados disponíveis.

SP: Atualmente estamos desenvolvendo, com o apoio da área de TI do TCE-SP, ferramenta de IA para apoio ao MPC-SP.

TCU: Não realizamos esse tipo de integração, utilizamos as soluções desenvolvidas pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

29. Há ações em estudo para produção de conhecimento a partir de ferramentas de Inteligência Artificial?

NÃO RESPONDEU: mBA, MG, PA, PE, PR

NÃO SE APLICA: AC, AL, AM, BA, CE, DF, MA, mPA, MS, MT, PB, RJ, RO, SE, TO

AP: Há estudos, no entanto, promovidos pelo TCE-AP.

ES: Sim, mediante uso da ferramenta SAMANTHA INTERFACE ASSISTANT e do ecossistema Python, voltado à análise de dados, disponível com a ferramenta. Para mais detalhes, vide página do projeto (https://github.com/controlecidadadao/samantha_ia)

GO: Não

mGO: Ainda não.

mRJ: Sim. Existe uma meta do Plano Estratégico do Tribunal voltada para o emprego de AI no controle externo.

PI: A equipe recebeu um treinamento básico sobre inteligência artificial no final de 2024.

RN: Não há ações do próprio MPC, mas atualmente o TCE-RN vem investindo na formação em IA (inclusive, todos os assessores e alguns procuradores do MPC participaram de curso de formação sobre o uso de IA nos TCEs)

RS: No recente desenvolvimento de ferramenta que gera documentos para o processo eletrônico, foram efetuados testes com IA para analisar a consistência do documento. Cogita-se de ampliar a experiência para outros aspectos na geração de documentos, contudo, depende de aquisição de solução pelo TCE.

SC: Sim, atualmente o Ministério Público de Contas de Santa Catarina (MPC-SC) participa da Vertical de Inteligência Artificial do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE-SC), iniciativa que visa estudar, propor e desenvolver soluções baseadas em IA para aplicação no controle externo. Por meio dessa participação, o MPC-SC acompanha discussões técnicas e contribui com a construção de diretrizes voltadas à utilização segura, ética e estratégica dessas tecnologias.

Embora ainda não haja projetos próprios em andamento no âmbito do MPC-SC, o envolvimento na Vertical representa um passo importante para a qualificação institucional nesse tema e para a futura incorporação estruturada de ferramentas de IA nas atividades de fiscalização e inteligência. A iniciativa permite acesso a conhecimento técnico atualizado, troca de experiências com outras áreas do TCE-SC e potencial colaboração em projetos-piloto que venham a ser desenvolvidos conjuntamente.

SP: Sim. Atualmente estamos desenvolvendo, com o apoio da área de TI do TCE-SP, ferramenta de IA para apoio ao MPC-SP.

TCU: Em conjunto com a equipe técnica do TCU, está sendo desenvolvido o “Parecer Assistido”, voltado à análise e emissão de pareceres em processos de Tomada de Contas Especial. Essa solução baseia-se em ferramentas tecnológicas que permitem a sistematização, organização e análise das informações relevantes, com o objetivo de otimizar o processo de elaboração e emissão desses pareceres.

30. Nas ações de inteligência, são utilizados critérios de risco?

SIM	ES, mGO, PI, SP
NÃO	AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, GO, MA, mBA, MG, mPA, mRJ, MS, MT, PA, PB, PE, PR, RJ, RN, RO, RS, SC, SE, TCU, TO

31. Se sim, quais?

NÃO RESPONDEU: mBA, MG, PA, PE, PR, SC, TCU

NÃO SE APLICA: AC, AL, AM, BA, CE, DF, GO, MA, mPA, mRJ, MS, MT, PB, RJ, RN, RS, SE, TO

AP: Não se aplica. Temos utilizado plataformas livres, com poucos (ou nenhum) riscos.

ES: Critérios básicos, como credibilidade da fonte da informação, sigilo, tempestividade etc.

mGO: Sim, nas ações de inteligência são utilizados critérios de risco para priorização de demandas, seleção de objetos de fiscalização e identificação de indícios de irregularidades, com base em indicadores técnicos e análises preditivas.

PI: Os definidos na Matriz de Risco do TCE-PI.

RO: Os casos são analisados conforme apresentados pelas demandas internas de cada gabinete, não se aplicando seleção com base em risco.

SP: Utilizamos critérios de risco disponibilizados pelo TCE-SP via sistema águila e por meio dos relatórios SMART.

32. Existe alguma base de dados ou metodologia para o registro e acompanhamento de procedimentos de inteligência em andamento no MPC?

SIM	MG, PE, PR, RS, SC, SP
NÃO	AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MA, mBA, mGO, mPA, mRJ, MS, MT, PA, PB, PI, RJ, RN, RO, SE, TCU, TO

33. Se sim, como a informação produzida pela inteligência é encaminhada ao tomador de decisão?

NÃO RESPONDEU: ES, mBA, mGO, PA, TCU

NÃO SE APLICA: AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, GO, MA, mPA, mRJ, MS, MT, PB, PI, RJ, RN, SE, TO

MG: E-mail ou disponibilização de arquivo em pasta eletrônica compartilhada

PE: Via Relatório no Sistema SEI, produzido e encaminhado à procuradoria-geral, como documento sigiloso.

PR: Não há uma metodologia institucionalizada, sendo que estamos promovendo estudos nesse sentido, porém sem prazo certo para sua conclusão. A metodologia que está sendo estudada é especificamente para atividade de inteligência voltada para área investigativa.

Entretanto, atualmente lidamos com projetos especiais e esta metodologia que estamos elaborando não se aplicaria.

Em todo caso, quando a informação é produzida, a metodologia sugere a extração de 3 documentos: a) relatório de conhecimento; b) informe de inteligência; e c) relatório de análise técnica.

O relatório de conhecimento é o produto final da produção de conhecimento, sendo o informe de inteligência e o relatório de análise técnica subproduto do relatório de conhecimento.

O informe de inteligência contém informações sigilosas e é uma parcial dos dados e informações até então coletados e analisados e não pode ser utilizado para instrução processual, assim como o relatório de conhecimento.

O relatório de análise técnica é um documento que não contém dados ou informações sigilosas e que pode ser franqueado acesso a qualquer pessoa, ou até mesmo publicado.

A metodologia sugere que estes relatórios serão extraídos dentro de um procedimento que denominamos de proposta de produção de conhecimento (PPC) que obedece ao ciclo de inteligência (planejamento, reunião de dados e informações, processamento e difusão), os quais se fragmentam os dados e informações iniciais para produção de relatórios específicos e parciais (inspirado em processos de auditoria), para ,ao final, os dados e informações sejam consolidados e expedido o relatório de conhecimento.

Ressalto que esta metodologia está em fase de estudos, devendo ainda ser testado, validado e institucionalizado.

RO: Está em vias de estudo, pelo que me consta.

RS: Depende da natureza da informação produzida. Conforme o contexto as informações inseridas no sistema são protegidas por senhas complexas.

SC: E-mail

SP: Atualmente nossa base de dados está em um sharepoint específico do Núcleo. As informações podem ser encaminhadas digitalmente ou fisicamente.

34. Quais funcionalidades ou instrumentos adicionais você gostaria que a Rede MP-Contas oferecesse para atender melhor às necessidades do seu MPC?

AC: É muito importante o compartilhamento das metodologias utilizadas em outras unidades, como disponibilidade, por consequência, dos instrumentos usados nas execuções dos trabalhos.

AL: Ferramentas para cotejamento das informações levantadas pelo TCE-AL.

AM: Reciclagem periódica com inovações

AP: Os acessos disponibilizados têm sido subutilizados neste MPC. Daí, por ora, não temos nada a sugerir.

BA: Não aplica

CE: Disponibilização de treinamentos e sistemas específicos para a atuação do MPC

DF: Sistemas de análise de banco de dados e ferramenta de grafos.

ES: Disponibilização de protocolos para produção, armazenamento e compartilhamento de documentos contendo informações estratégicas, englobando todo o ciclo de vida das informações.

GO: Gestão de demandas e grupo aberto para troca de informações.

MA: Acesso ao DGI e BB Ágil, tecnologias de informação voltadas para inteligência

mBA: - Sistema de análise automatizada de editais de licitação que possa identificar cláusulas restritivas à competitividade, utilizando inteligência artificial e aprendizado de máquina;

- Plataforma de compartilhamento de conhecimento processual, com jurisprudência comentada e modelos de manifestações ministeriais;

- Ferramentas de pesquisa integrada em múltiplas bases de dados, facilitando o cruzamento de informações sem necessidade de consultas individuais;

MG: RedeCNPJ e Sinarc de forma online, assim como funciona o DGI consultas

mGO: Funcionalidades voltadas à análise automatizada de dados, integração com bases externas em tempo real, painéis de monitoramento com indicadores de risco, além de repositórios temáticos com boas práticas e modelos padronizados de atuação.

mPA: Acesso às bases de dados

mRJ: ____

MS: acesso a sistemas e bancos de dados contendo informações não acessíveis ao público geral

MT: Gostaríamos que a Rede MPContas oferecesse ferramentas integradas de análise de dados, acesso facilitado a bases nacionais, capacitações temáticas contínuas e uma plataforma colaborativa para compartilhamento de diagnósticos, jurisprudência e boas práticas entre os MPCs.

PA: Banco de dados de CNPJ's, com possibilidade de cruzamento de informações com CPF's, email, telefones, endereços etc.

PB: Precisamos conhecer as ferramentas para melhor analisar.

PE: Acesso a sistemas de cartórios e de unidade de inteligência financeira.

PI: Os que puderem disponibilizar.

PR: Grupos de estudos seria um ótimo instrumento para a aquisição de conhecimentos e sua consolidação a cada etapa, para assim evoluir o sistema de inteligência dos MPCs.

RJ: Não possui conhecimento para identificar, no momento, quais seriam as funcionalidades e/ou instrumentos que melhor atenderiam a este MPC.

RN: Melhoria no acesso do que já está disponível e auxílio para implementação de ações de inteligência eficazes e mais claras

RO: Dados cartorários, a respeito do registro de bens móveis e imóveis, casamentos e procurações.

RS: A indicação de ferramentas e o compartilhamento de experiências dos participantes certamente contribui para o aprimoramento das atividades.

SC: Seria desejável que a Rede MPContas atuasse como um centro articulador de acesso a bases de dados estratégicas, negociando e viabilizando, de forma unificada, o compartilhamento de informações com órgãos como Receita Federal, INSS, Coaf, Justiça Eleitoral, entre outros — nos moldes do que já fazem o CNMP, o CNJ e a Rede Infocontas. A centralização desses esforços traria ganhos de escala, agilidade e isonomia entre os MPCs.

Além disso, a oferta de ferramentas tecnológicas compartilhadas, como painéis de BI, ambientes seguros de análise de dados e até soluções com IA voltadas ao controle externo, seria extremamente útil. A criação de protocolos e manuais técnicos conjuntos, capacitações continuadas e espaços para intercâmbio de experiências práticas entre os MPCs.

SE: bancos de dados e treinamentos online

SP: Mais acessos ao labcontas e novos convênios para acesso a bases de dados.

TCU: Seria interessante que a Rede MPContas oferecesse as seguintes funcionalidades ou instrumentos adicionais:

- plataforma integrada para compartilhamento de modelos padronizados de documentos técnicos, metodologias de trabalho e tutoriais;
- trilha específica para MPCs que estejam iniciando atividades relacionadas ao uso de ferramentas tecnológicas e de inteligência artificial para análise de dados;
- repositório de trabalhos voltados à produção de conhecimento, com metodologias e resultados alcançados apresentados de forma replicável;
- espaço colaborativo para troca rápida de informações e esclarecimento de dúvidas entre os MPCs.

TO: Cursos para implementar esse tipo de estrutura.

35. Os servidores que exercem a atividade de inteligência realizaram alguma capacitação específica/treinamento em inteligência e técnicas de investigação?

SIM	AC, ES, GO, MG, mGO, PA, PE, PI, PR, RO, SP
NÃO	AL, BA, CE, DF, MA, mBA, mPA, mRJ, MS, PB, RJ, SC, SE, TCU, TO
NÃO SEI RESPONDER	AM, AP, MT, RN, RS

36. Se sim, descrevê-los

NÃO RESPONDEU: mBA, SC, TCU

NÃO SE APLICA: AL, AM, BA, CE, DF, GO, MA, mPA, mRJ, MS, MT, PB, RJ, SE, TO

AC: I InfoMPC, realizado em SC;

Atividades de Inteligência e Gestão de Sigilos, que integra o Programa Trilhas de Formação e Especialização Avançada do MPCPR;

Curso de Ferramentas do LAbContas.

AP: Na verdade, como o acesso em regra é em plataformas livres, fica difícil saber quem utiliza.

ES: Estágio na Escola de Inteligência do Exército (Esimex), treinamento básico na ferramenta LabContas, participação em eventos de capacitação promovidos pelo CNP-GC, MP-TCU, IRB, MPC-MG e MPC-PR sobre temas como doutrina de inteligência e OSINT.

GO: Todas as capacitações e encontros da rede desde 2019

MG: no TCU e no MPC de SC

mGO: Todas as capacitações realizadas pelo MPCContas.

PA: "OFICINA PRÁTICA NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO DE INTELIGÊNCIA" Curso com ferramentas e fundamentos científicos na produção de conhecimento de inteligência, enfatizando a forma correta de elaborar um documento de inteligência, a linguagem utilizada, os cuidados que devem ser adotados na sua produção e divulgação, as etapas que compõem o ciclo de produção e o correto uso do documento de inteligência para a tomada de decisão.

PE: INDEXADOR E PROCESSADOR DE EVIDÊNCIAS DIGITAIS - IPED; Estágio de Capacitação em Inteligência, a ser realizado na Escola de Inteligência Militar do Exército (EsIMEx); Capacitação no Centro de Inteligência da Marinha do Brasil.

PI: Treinamentos fornecidos pelos MPCs.

PR: Atualmente, a direção geral do MPCPR tem promovido trilhas de conhecimento de diversos assuntos, incluindo a área de inteligência, embora esta trilha não foi exposta ao núcleo de inteligência do MPCPR, de modo que não temos conhecimento de quais cursos virão pela frente. O último curso foi gestão de sigilos, ampliados para assessores de gabinetes e servidores de outros MPCs.

O Coordenador do Núcleo realizou os cursos oferecidos pelo Exército Brasileiro e pelo TCU.

Também foi realizado um curso de inteligência promovido pelo Ministério Público Estadual do Paraná.

Foram realizados cursos de curta duração no Banco Central sobre lavagem de dinheiro e COAF, tanto em Brasília quanto em Curitiba.

O Coordenador do Núcleo fez um curso de especialização em inteligência de Estado e Policial na faculdade Gran Cursos, cujo coordenador é policial do Senado e foi servidor da ABIN.

O Coordenador do Núcleo e o servidor de TI tem realizado cursos de estatística e análise de dados, bem como programação em Python promovidos pelo TCE-PR.

RN: como mencionado, há um curso em andamento no TCE-RN sobre inteligência artificial, mas ele não é específico para ação de inteligência

RO: Encontro do LabContas em 2024 e cursos "Ferramentas do LabContas - Abordagem prática" e "OSINT - Inteligência em Fontes Abertas" (2023)

RS: Houve participação em treinamentos, contudo, não contemplaram a extensão das atividades

SP: Curso CIAP da Abin; Oficina de Inteligência de Fontes Abertas da Abin; Capacitação na Atividade de Inteligência no Centro de Inteligência da Marinha; Capacitação para MPCs sobre Estruturação de Centros de Inteligência na Escola Superior de Defesa; Capacitação para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro no Ministério da Justiça; Inteligência e Técnicas de Investigação- CNPGC.

37. Os servidores que atuam na atividade de inteligência possuem conhecimento em linguagem de programação ou de consulta a base de dados (Python, SQL etc.)?

SIM: ES, mPA, MT, PA, PR, SP

NÃO: AC, BA, DF, GO, mBA, MG, mGO, PB, PE, PI, RJ, SC, SE, TCU

NÃO SE APLICA: AL, AM, CE, mRJ, MS

AP: Não há servidores específicos para a atividade. Daí, não temos como responder, ou não se aplica resposta.

MA: Não há servidores capacitados em linguagem de programação

RN: Não há um setor específico para atividade de inteligência, mas há servidores com conhecimento em linguagem de programação

RO: Em nível básico, sim

RS: Muito básico

TO: A grande maioria dos servidores do MPC - TO, possui formação jurídica.

38. Se sim, quais?

NÃO RESPONDEU: Mba, MG, mGO, PE, SC, TCU

NÃO SE APLICA: AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, GO, MA, mRJ, MS, PB, PI, RJ, SE, TO

ES: Python - nível de conhecimento que proporcionou o desenvolvimento das ferramentas SINARC e SAMANTHA INTERFACE ASSISTANT, além de outras soluções aplicáveis a casos concretos, como a criação de scripts para realizar extração de dados de diários oficiais e a captura em lote de imagens de satélite. SQL - conhecimento suficiente para modelar bancos de dados e realizar consultas. Importante salientar que, com o advento dos sistemas de inteligência artificial, ganhou destaque o papel do analista de validar os códigos e as informações produzidas por sistemas de IA.

mPA: Python, SQL, Postgree, Java etc

MT: Todas

PA: SQL

PR: O Servidor de TI possui conhecimento avançado em SQL e tem realizado cursos sobre Python. O Coordenador do Núcleo também tem se dedicado, com menor ênfase, a programação em linguagem Python.

RN: R

RO: SQL

RS: Python, R, SQL

SP: Python, SQL.

39. Como a Rede MPContas pode apoiar o desenvolvimento profissional e a capacitação dos servidores na atividade de inteligência do seu MPC?

AC: Difundido conhecimentos, rotinas de trabalho, modo de aplicação no exercício da missão institucional do MPC dos dados obtidos com as atividades de inteligência.

AL: O MPC precisa de uma melhor estrutura com destinação de pessoal para o setor, o que ainda não existe.

AM: Cursos e reciclagem com inovações

AP: Oferecendo (como já tem feito) cursos e capacitação.

BA: Oferecendo cursos de capacitação e compartilhamento de boas práticas

CE: Disponibilizando treinamento adequado para o MPC

DF: Capacitação

ES: Promovendo a interação e o intercâmbio de experiência e conhecimento entre os partícipes da Rede.

GO: Disponibilizando um caminho de capacitação esperada., algo como as formações desejadas e esperadas para uma atuação de excelência.

MA: Capacitação nas áreas de doutrina de inteligência, técnica de coleta de dados, análise de dados e linguagem de programação.

mBA: - Promoção de cursos básicos e intermediários em técnicas de inteligência e investigação;

- Elaboração de manuais práticos que possam ser consultados durante a execução das atividades;

- Programas de intercâmbio temporário ou visitas técnicas a unidades de inteligência mais estruturadas.

MG: Divulgando as melhores técnicas do ramo

mGO: Ofertando mais cursos de capacitação técnica e específica na área de inteligência.

mPA: Capacitações, mesmo que remotas, e disponibilização de acesso às bases de dados

mRJ: Com a disponibilização de capacitações online.

MS: Oferecimento de treinamentos específicos, especialmente na área de inteligência artificial

MT: A Rede MPContas pode apoiar promovendo cursos especializados, oficinas práticas, intercâmbio entre equipes, acesso a conteúdos atualizados sobre tecnologia e análise de dados, além de fomentar a criação de uma comunidade técnica voltada à inteligência institucional.

PA: Através de acesso à cursos, treinamentos ou materiais contendo informações sobre a obtenção de informações, formas de tratamento e análise otimizada das mesmas

PB: Fornecendo ferramentas e treinamentos

PE: Convênios para a promoção de cursos desenvolvidos pela Polícia Federal e pela Agência Brasileira de Inteligência, e ainda palestras ou outros eventos.

PI: Com capacitação.

PR: A promoção de eventos fechados e online seria uma boa iniciativa e de eventos presenciais a cada 1 ou 2 anos, agregados a um dos eventos nacionais promovidos pelos TCEs. Incentivar a exposição de iniciativas de outros MPCs, ainda que singelas, para a reflexão, aperfeiçoamento etc.

RJ: Por meio do oferecimento de cursos e apoio técnico.

RN: Acho que começar no básico, inicialmente, com essa formação sobre como desenvolver esse tipo de tarefa para criar rotinas de trabalho baseadas nesse tipo de atividade.

RO: Promovendo mais ações de capacitação

RS: Seria importante, como orientação geral, definir alguns requisitos para a estruturação e uniformização das atividades de inteligência no âmbito dos MPCs, avançando para a qualificação dos servidores para a utilização de ferramentas e gerenciamento de informações.

SC: A Rede MPContas pode desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento profissional e na capacitação dos servidores que atuam na atividade de inteligência do MPC-SC ao oferecer programas de formação continuada e especializados, voltados para análise de dados, técnicas de investigação patrimonial, uso de ferramentas tecnológicas e aplicação de inteligência artificial no controle externo.

Também seria extremamente útil a criação de comunidades de prática, em que servidores de diferentes MPCs possam compartilhar experiências, metodologias e soluções aplicadas em casos concretos. A promoção de workshops, oficinas e cursos online, especialmente com foco em temas como mineração de dados, governança da

informação, uso de bases públicas e segurança da informação, atenderia diretamente às necessidades atuais da instituição.

Além disso, a Rede pode apoiar na produção de materiais técnicos, como guias, protocolos e manuais de boas práticas, que ajudem a uniformizar e qualificar a atuação dos servidores nos núcleos de inteligência, mesmo na ausência de estruturas formais nos MPCs.

SE: treinamentos online

SP: Realização de cursos e eventos

TCU: - Ofertando cursos e treinamentos específicos sobre inteligência, análise de dados e uso de ferramentas tecnológicas;

- Disponibilizando materiais didáticos, tutoriais e guias práticos sobre atividades de inteligência;

- Promovendo eventos técnicos, seminários e workshops para troca de experiências e atualização profissional;

- Compartilhando boas práticas e metodologias já consolidadas em outros MPCs;

- Criando trilhas estruturadas de aprendizagem, com níveis progressivos de capacitação em inteligência e análise estratégica.

TO: Realizando cursos para os servidores.

40. Há parceria (s) entre o seu MPC e o setor de informações estratégicas do Tribunal de Contas visando à produção de conhecimento?

SIM	DF, MA, mGO, mRJ, MT, PI, RN, RO, SP
NÃO	AC, AL, AM, AP, BA, CE, ES, GO, mBA, MG, mPA, MS, PA, PB, PE, PR, RJ, RS, SC, SE, TCU, TO

41. Se sim, como se dá essa colaboração e quais resultados já foram alcançados?

NÃO RESPONDEU: ES, mBA, MG, mGO, PA, PE, PR, SC, TCU

NÃO SE APLICA: AC, AL, AM, AP, BA, CE, mPA, MS, PB, RJ, SE, TO

DF: Compartilhando acesso às ferramentas, trilhas, e ferramentas desenvolvidas pelo Tribunal

GO: Para acesso hoje é necessária interveniência da presidência do TCE, o que dificulta muito o acesso.

MA: O setor dissemina relatórios e informes ao MPC, além de atender a demandas de produção de conhecimento formuladas pelo MPC, quando solicitado.

mGO: Via contato direto. Acesso mais robusto e amplo às informações estratégicas.

mRJ: A Rede de Inteligência está sendo formada agora e contará com 2 pontos focais da Procuradoria Especial.

MT: Intercâmbio de informações entre os servidores

PI: O MPC tem um servidor (agente de integração) que atua em articulação com o NUGEI - Núcleo de Gestão de Informações Estratégicas do TCE-PI. Este servidor participa de fiscalizações juntamente com a equipe do TCE-PI e também em investigações.

RN: a parceria não é formalizada necessariamente, mas ativamente e cotidianamente consultamos o setor de informações do tribunal para dados, emissão de pareceres e pensar estratégias de atuação

RO: Existe parceria entre o MPC-RO e o TCE-RO, para tais finalidades, mas a troca de informações é muito pouco fluída.

RS: Há troca de informações e colaboração em determinadas situações, contudo, não é algo sistemático.

SP: Colaboração para produção de relatórios de informações estratégicas.

42. O seu MPC já buscou convênios com instituições/órgãos do respectivo Estado/Município a fim de se ampliar os sistemas/bases de dados disponíveis?

SIM	MG, mRJ, MS, MT, PE, PR, RO, SC, SP
NÃO	AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MA, mBA, mGO, mPA, PA, PB, PI, RJ, RN, RS, SE, TCU, TO

43. Se sim, quais os sistemas/bases que possui acesso, e disponibilizado por qual instituição?

NÃO RESPONDEU: ES, mBA, mGO, PA, TCU

NÃO SE APLICA: AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, GO, MA, mPA, PB, PI, RJ, RN, RS, SE, TO

MG: Áduba

mRJ: Receita Federal.

MS: informações cedidas pelo MPMS por meio de convênio

MT: Termo de compromisso com ESTADO DE MATO GROSSO SESP – SEJUDH - SAENS

PE: TOME CONTA (Sistema do TCE-PE), INFOTRAN (Sistema do DETRAN/PE), IGED (Sistema da Junta Comercial de Pernambuco - JUCEPE), LABCONTAS (Sistema do TCU), e diversas fontes abertas.

PR: Temos convênio com o MP Estadual, que possui o sistema S3i e utiliza bases de dados de licitações do TCE-PR.

RO: O MPC-RO se beneficia de convênios formalizados pelo TCE-RO, a exemplo do INFOSEG.

SC: Infoseg – Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP)

Sistema de informações integradas de segurança pública, com dados de diversos órgãos de segurança, justiça e fiscalização.

ARISP – Associação dos Registradores Imobiliários de São Paulo

Plataforma que reúne dados dos cartórios de registro de imóveis do Estado de São Paulo.

PMF/IPTU – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Sistema municipal com informações sobre imóveis registrados e tributos (como o IPTU) da capital catarinense.

JUCESC – Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Base de dados com registros de constituição, alteração e extinção de empresas no estado.

CENSEC – Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal

Base com informações de atos notariais como escrituras, testamentos e procurações, fornecida pelos cartórios.

DETRAN/SC – Departamento Estadual de Trânsito de Santa Catarina

Sistema estadual com dados de veículos, condutores e infrações.

SEI - ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC)

Sistema Eletrônico de Informações com registros de aeronaves, pilotos e operadores.

SICOP – Governo do Estado de Santa Catarina

Sistema Integrado de Controle de Obras Públicas, com informações sobre licitações, contratos e execução de obras públicas estaduais.

CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Concessionária de energia elétrica do estado, com dados cadastrais e de consumo de unidades consumidoras.

S@T – Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina (SEF/SC)

Sistema de Administração Tributária com informações fiscais e econômicas de contribuintes estaduais.

Justiça Eleitoral – Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Sistema com dados sobre filiação partidária, doações de campanha, prestação de contas e registro de candidaturas.

GEMOS – SES/SC – Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina

Sistema de gestão hospitalar e monitoramento da rede de saúde estadual.

SP: Censec/Signo (CNB), CRC-JUD (ARPEN) e SisMPIntegrado (MP-SP).

44. O seu MPC realiza intercâmbio de informações com órgãos externos de inteligência?

SIM	BA, MA, mGO, MT, PR, RN, SC
NÃO	AC, AL, AM, AP, CE, DF, ES, GO, mBA, MG, mPA, mRJ, MS, PA, PB, PE, PI, RJ, RO, RS, SE, SP, TCU, TO

45. Se sim, são adotados protocolos de segurança no intercâmbio de informações de inteligência?

NÃO RESPONDEU: ES, mBA, MG, PA, PE, SP, TCU

NÃO SE APLICA: AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, GO, mPA, mRJ, MS, PB, PI, RJ, RO, RS, SE, TO

MA: Atende-se aos protocolos estipulados pelo órgão que produziu a informação.

mGO: Sim.

MT: Sim

PR: Não há protocolos de segurança e nem canal técnico, sendo um dos óbices a maior intercâmbio entre agências. É necessário um canal técnico para tanto.

RN: Não sei

SC: Sim.

46. O seu MPC já realizou ações de inteligência em colaboração com outras instituições?

SIM	AC, BA, DF, MA, mGO, MT, PI, RS, SC, SP
NÃO	AL, AM, AP, CE, ES, GO, mBA, MG, mPA, mRJ, MS, PA, PB, PE, PR, RJ, RN, RO, SE, TCU, TO

47. Se sim, quais?

NÃO RESPONDEU: ES, mBA, MG, mGO, PA, PE, PR, TCU

NÃO SE APLICA: AL, AM, AP, CE, GO, mPA, mRJ, MS, PB, RJ, RO, SE, TO

AC: Informações sobre dados constantes em Sistema do TCE-AC para instrução de processo em trâmite no MPE.

BA: Ministério Público Estadual

DF: MpDFT

MA: TCE, CGU, MP-MA.

mGO: Com o Ministério Público Estadual de Goiás, delegados de polícia municipais e conselhos de classes.

MT: Órgãos que compõem a Rede de Controle de MT

PI: Com o TCE-PI.

RN: Não se aplica (embora estejamos em algumas atividades como o MARCCO e o Painel de Fetejos, onde há troca de informações - embora seja via TCE)

RS: MP, MPF, PF e PC

SC: O Ministério Público de Contas de Santa Catarina (MPC-SC) tem atuado, ao longo dos anos, em parcerias estratégicas com a Polícia Civil e a Polícia Federal, especialmente em ações que envolvem o combate à corrupção, desvio de recursos públicos, fraudes em licitações e outras práticas lesivas ao erário. Essas cooperações têm ocorrido tanto por meio do compartilhamento de informações e dados, como também na execução conjunta de investigações complexas, que exigem atuação integrada entre os órgãos de controle e persecução penal.

Em algumas dessas ações, o MPC-SC contribuiu com análises técnico-contábeis, cruzamentos de dados de interesse investigativo e produção de relatórios de inteligência, que auxiliaram no aprofundamento das apurações conduzidas pelas polícias. Como resultado dessas parcerias, houve prisões de investigados, cumprimento de mandados de busca e apreensão, além do desmantelamento de esquemas voltados à prática de crimes contra a administração pública.

SP: TCE-SP

48. Os servidores que exercem atividades de inteligência participam de reuniões do SISBIN ou de Fóruns/Redes Locais de Combate à Corrupção?

SIM	SC, SP
NÃO	AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MA, mBA, MG, mGO, mPA, mRJ, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RS, SE, TCU, TO

49. Se sim, quais os resultados obtidos desta interação?

NÃO RESPONDEU: ES, mBA, MG, mGO, PA, PE, PR, TCU

NÃO SE APLICA: AC, AL, AM, AP, CE, DF, GO, MA, mPA, mRJ, MS, MT, PB, PI, RJ, RN, RS, SE, TO

RO: Participação eventual. A colega que divide comigo os trabalhos de inteligência talvez tenha participado mais vezes.

SC: Rede de Controle

SP: Fortalecimento da Rede Local de Inteligência; acesso a treinamentos; conhecimento de boas práticas em órgãos parceiros.

50. Quais ações, atividades ou boas práticas de seu MPC poderiam ser compartilhadas com os integrantes da Rede MPContas?

NÃO SE APLICA: AL, DF, mPA, mRJ, PI, RJ, SE

AC: Nosso setor ainda está em estruturação e definição de rotinas e métodos de trabalho.

AM: Relatos de casos concretos

AP: Não teríamos como contribuir nesse momento.

BA: Painel de Festejos Juninos, ferramenta de BI criada por nós, para fiscalizar os gastos com as contratações artísticas no período das festas juninas

CE: No momento, não há nenhuma.

ES: Conhecimento sobre inteligência artificial e análise de dados em nível intermediário.

GO: Não temos referência, pouco uso das ferramentas e pouca experiência.

MA: Atuação em face de empresas que foram alvos de decisões judiciais restritivas de bens ou contratação com a administração, uso de tecnologias e de soluções para fiscalização de recursos vinculados a educação e saúde.

mBA: Não aplicável, dada a ausência de ações específicas relacionadas às atividades de inteligência.

MG: O MPC-MG desenvolveu uma atividade de análise de irregularidades em nomeações para cargos comissionados, para identificar possíveis casos de nepotismo, acumulação ilegal de cargos, bem como irregularidades relacionadas ao exercício de atividades previstas em legislação específica.

mGO: Atividades de inspeções em CMEIs, ações relacionandas a Acessibilidade e levantamento de dados em relação ao Piso do Magistério.

MS: Relação estreita e harmoniosa com o MPE.

MT: Atividade de fomento à importância e à implementação da inteligência artificial nos processos e procedimentos relacionados às atribuições do MPC-MT.

PA: Radar das Contratações Públicas estaduais

PB: Infelizmente ainda estamos engatinhando nessa área de inteligência.

PE: A busca própria por convênios para acesso aos sistemas já citados demonstra nossa busca por autonomia investigativa em relação ao TCE-PE.

PR: Todas as ações, atividades e boas práticas podem ser compartilhadas com os membros integrantes da Rede MPContas, desde que estes membros integrantes estejam vinculados a atividade de inteligência em seu respectivo MPC e sejam servidores efetivos.

RN: Painel de Festejos e Arrecada Mais (iniciativas ligadas ao MPE) e os TAGs firmados

RO: Ainda somos muito incipientes para poder sugerir práticas exitosas aos demais integrantes. Contudo, com o desenvolvimento da atividade de inteligência, esperamos poder contribuir em breve

RS: A integração com outros órgãos mediante a formalização de atos de colaboração com a indicação de canais de comunicação direta e responsáveis.

SC: O Ministério Público de Contas de Santa Catarina (MPC-SC) possui algumas ações e boas práticas que podem ser compartilhadas com os integrantes da Rede MPContas, como à análise estratégica de dados, informação sobre as experiências nas atividades colaborativas com órgão parceiros, entre outros.

SP: Levantamentos de benefícios inconstitucionais; levantamento de gastos com shows; ação conjunta -terceiro setor - saúde

TCU: No momento, não dispomos de ações, atividades ou boas práticas específicas do nosso MPC para compartilhar com os integrantes da Rede MPContas.

TO: Realização de cursos

51. Deixe aqui suas sugestões para os trabalhos do Comitê Gestor da Rede MPContas.

NÃO RESPONDEU: ES, PE, SC, SP, TCU

AC: Compartilhamento e difusão aos MPCs a respeito de metodologia, atuação prática, instrumentos de trabalho utilizados, assuntos priorizados e resultados obtidos com essa atuação.

AL: Ainda há necessidade de melhoria e disponibilidade de pessoal, bem como superarmos impeditivo legal à atuação em procedimentos próprios (há uma ADI em tramitação no STF).

AM: Maior proximidade e interação com os procuradores de contas

AP: A atividade e iniciativas são excelentes, no entanto, nos MPCs de pequeno porte, a exemplo do MPC-AP, apesar de reconhecermos os esforços, pouco temos aproveitado. Não obstante, não temos nada a sugerir, pois eventual solução da situação está alheia ao Comitê Gestor da Rede.

BA: Temos vontade de utilizar as ferramentas do MPContas na nossa atuação

CE: Aumentar o compartilhamento de informações e expandir as boas práticas já adotadas pelos MPCs.

DF: Maior envolvimento dos MPCs

GO: Que sejam programados mais encontros com maior frequência.

MA: Realização de reuniões com procuradores de contas.

MA: Realização de seminário temático com a exposição de casos de sucesso e troca de experiências

mBA: - Indicar ferramentas que possam ser operadas por servidores sem formação específica em tecnologia da informação ou ciência de dados;

- Fomentar programas de capacitação com múltiplos níveis (básico, intermediário e avançado), permitindo a progressão gradual do conhecimento;

- Implementar mecanismos de compartilhamento de informações entre os MPCs.

MG: Identificar melhores áreas, sistemas, práticas e atividades para disseminação aos MPCs.

mGO: A criação/ampliação de grupos temáticos permanentes, desenvolvimento de ferramentas compartilhadas de análise e inteligência, promoção de capacitações práticas e intercâmbio de experiências exitosas. Também seria relevante ampliar o suporte técnico para integração de bases de dados e estimular a produção de estudos conjuntos sobre temas estratégicos.

mPA: Mais integração das equipes e compartilhamento das ferramentas e bases de dados

mRJ: ____

MS: Ampliação da integração entre os MPCs e ampliação dos treinamentos e capacitação na área de inteligência artificial/TI

MT: Desenvolvimento de Indicadores Nacionais de Atuação Finalística, Capacitações e Certificações em Inteligência e Governança Pública, Fomento a Projetos Interinstitucionais Temáticos, Criação de Observatórios Temáticos, Ampliação das Ferramentas de Interoperabilidade de Dados (APIs e convênios), Promoção de Encontros Técnicos Regionais e Publicação Periódica de Boletins Técnicos e Jurídicos.

PA: Compartilhamento das boas práticas dos MPCs participantes da Rede MPContas

PB: Sem sugestões.

PI: Não se aplica.

PR: 1- Destacar que atividade de inteligência exige discrição e sigilo absoluto, devendo estes conceitos serem capturados tanto por procuradores quanto pelos integrantes de núcleos de inteligência;

2- Toda e qualquer direção de atividade de inteligência só pode ser executada por servidor efetivo, visando observar os princípios da continuidade, da custódia e permanência do conhecimento que deve estar com a instituição, de modo que servidores comissionados não garantem tais preceitos;

3- A atribuição de atividade de inteligência a servidores comissionados ou estagiários deve se guiar pela fragmentação da atividade a ser atribuída, pelo compromisso ao sigilo e pela subsidiariedade destes servidores;

4- A atividade de inteligência só pode ser executada por servidores, não podendo os membros (procuradores, conselheiros e conselheiros substitutos) executar tais atividades tendo em vista que são destinatários do conhecimento a ser produzido e exercem o controle desta atividade, resguardando a segregação das funções, diminuição do viés nas análises, a impessoalidade no uso do conhecimento e a independência funcional dos membros.

RJ: Oferecimento de cursos de capacitação, intercâmbio de informações e compartilhamento de dados e sistemas com os MPContas.

RJ: Oferecimento de curso de capacitação, intercâmbio de informações e compartilhamento de dados e sistemas com os MPCs.

RN: Fortalecimento da rede!

RO: Ficamos gratos pela oportunidade e colocamo-nos à disposição para maior integração.

RS: A partir dos dados coletados, definir ações voltadas à uniformização mínima da área de inteligência nos MPCs. E para as instituições que ainda são incipientes, parece relevante a produção de documento com orientações gerais para a estruturação, incluindo recomendações sobre ferramentas e qualificação das pessoas envolvidas na atividade.

SE: Disponibilização de um ponto focal - contato com servidor disponível para orientações ao MPC local quanto às atividades da rede e de inteligência

TO: Após os servidores do MPC-TO tiverem acesso à rede MPContas, algumas sugestões poderão ser feitas.

MAPEAMENTO DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA DOS MPCs